



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JANAINA CARNIEL

**CARLOS GOMES EM LUTA: A ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA
BARRAGEM DE MACHADINHO ANTES DO MAB**

ERECHIM

2019

JANAINA CARNIEL

**CARLOS GOMES EM LUTA: A ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA
BARRAGEM DE MACHADINHO ANTES DO MAB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Humberto José da Rocha

ERECHIM

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Carniel, Janaina

Carlos Gomes em luta: : a organização dos atingidos pela barragem de Machadinho antes do MAB / Janaina Carniel. -- 2019.

70 f.

Orientador: Humberto José da Rocha.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História-Licenciatura, Erechim, RS, 2019.

1. Movimentos Sociais. 2. Carlos Gomes. 3. Machadinho . 4. Usina Hidrelétrica. 5. Movimento dos atingidos por barragens (MAB). I. Rocha, Humberto José da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Janaina Carniel

**CARLOS GOMES EM LUTA; A ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM
DE MACHADINHO ANTES DO MAB**

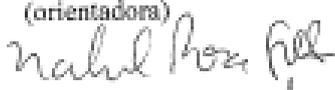
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

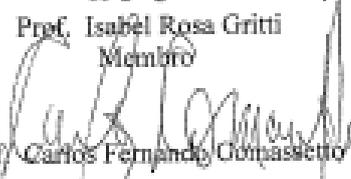
Orientador(a): Humberto José da Rocha

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

Banca examinadora:


Prof. Humberto José da Rocha
(orientadora)


Prof. Isabel Rosa Gritti
Membro


Prof. Carlos Fernando Gomassetto
Membro

AGRADECIMENTOS

É com imensa gratidão que chego ao fim deste trabalho, onde os agradecimentos são destinados a todos que de uma forma ou outra contribuíram para que o mesmo se realizasse. De uma forma especial, agradeço ao professor orientador Dr. Humberto José da Rocha pela disponibilidade, paciência e principalmente pelos ensinamentos.

Aos professores, Ms. Carlos Fernando Comassetto e Dr. Isabel Rosa Gritti que aceitaram compor a banca examinadora.

Aos entrevistados que se dispuseram em relatar sobre o movimento social, mesmo envolvendo suas vidas particulares.

À colega Ediane Biasi pela acolhida quando da realização das entrevistas.

À minha família pelo apoio e paciência quando do isolamento em virtude do trabalho.

RESUMO

A Usina Hidrelétrica Machadinho inaugurada em fevereiro de 2002 com potência de 1.140 MW e uma área de 56,7 km² inundada tem sua história marcada pela emergência de movimentos sociais contrários a sua instalação. Quando divulgado o Estudo do Inventário Hidrelétrico realizado pelo Comitê de Estudo Energéticos da Região Sul, na bacia do Rio Uruguai no ano de 1979 despontaram em toda região do Alto Uruguai diversas ações, porém a comunidade do distrito de Carlos Gomes, Viadutos merece atenção diferenciada. O trabalho tem como objetivos compreender o curso do desenvolvimento social e econômico do Brasil, bem como entender o papel das hidrelétricas na sucessão do desenvolvimento e ainda estudar os movimentos sociais dentro da evolução da modernização e sua reação. Para a realização da pesquisa, a metodologia utilizada foi a história oral e a consulta ao livro de Atas da Comissão Municipal dos Atingidos por Barragens do município de Viadutos verificando, particularmente, a atuação da CRAB no cenário das mobilizações populares no próprio distrito, na região e no Brasil, analisando especificamente as estratégias de resistência, como a expulsão dos técnicos da ELETROSUL, os marcos retirados, a roça comunitária e o envolvimento dos Mediadores no processo, visto que a atuação do movimento registra-se no período anterior da criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Palavras-chave: Hidrelétrica. Machadinho. Movimentos Sociais. Carlos Gomes.

ABSTRACT

The Machadinho Hydroelectric Plant inaugurated in February 2002 with a power of 1,140 MW and an area of 56,7 km² flooded has its history marked by the emergence of social movements contrary to its installation. When the study of the Hydroelectric Inventory carried out by the Energy Study Committee of the South Region in the Uruguay River Basin in 1979, a number of actions emerged throughout the Alto Uruguai region, but the community of the district of Carlos Gomes, Viadutos deserves differentiated attention. The objective of the work is to understand the course of social and economic development in Brazil, as well as to understand the role of hydroelectric plants in the succession of development and to study social movements within the evolution of modernization and its reaction. In order to carry out the research, the methodology used the oral history and the Book of Minutes of the Municipal Commission of Dam Affected by the municipality of Viadutos, particularly checking the work of the CRAB in the scenario of popular mobilizations in the district, in the region and in Brazil, specifically analyzing the strategies of resistance, such as the expulsion of ELETROSUL technicians, the milestones, the community policy and the involvement of the Mediators in the process, since the activity of the movement is registered in the previous period of the creation of Movement of the Affected by Dams (MAB).

Keywords: Hydroelectric. Machadinho. Social Movements. Carlos Gomes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Consumo de energia elétrica e as respectivas matrizes.....	16
Figura 2: Mapa da região do Alto Uruguai Gaúcho	28
Figura 3: Tabela dos principais rios brasileiros e usinas instaladas	34
Figura 4: Mapa da bacia hidrográfica do Uruguai.....	36
Figura 5: Imagem da Mobilização na Messorregião da Grande Fronteira do Mercosul	38
Figura 6: Imagem das hidrelétricas pretendidas pela ELETROSUL em 1979	41
Figura 7: Foto da cidade de Carlos Gomes.....	42
Figura 8: Mapa da localização do município de Carlos Gomes	45
Figura 9: Romaria da Terra, 1983.....	47
Figura 10: Lema do Movimento dos Atingidos por Barragens	65

LISTA DE SIGLAS

AMAU	Associação dos Municípios do Alto Uruguai
ANNEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BIG	Banco de Informações de Geração
CEEE	Comissão Estadual de Energia
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CEPO	Centro de Educação Popular
CETAP	Centro de Tecnologia Alternativa
CHESF	Companhia Hidroelétrica de São Francisco
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAB	Comissão Regional dos Atingidos por Barragem
ESAU	Escola Sindical do Alto Uruguai
ESC	Escola Diocesana de Servidores de Erechim
FAPES	Fundação do Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior
FASE	Fundação de Assistência Social e Educacional
FINAME	Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
FINEP	Fundo de Financiamento para Estudos, Projetos e Programas
FIPEME	Programa de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas
FUNDECE	Fundo de Democratização do Capital das Empresas
FUNTEC	Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	Jewish Colonization Association
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MST	Movimento Sem Terra
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
PJR / PJ	Pastoral da Juventude
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
UHE	Usina Hidrelétrica
URI	Universidade Regional Integrada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO BRASIL	14
2.1 ABORDAGENS METODOLÓGICAS E TEÓRICAS	14
2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO BRASIL.....	18
2.3 LUTA PELA TERRA.....	22
3 ALTO URUGUAI GAÚCHO	27
3.1 ALTO URUGUAI GAÚCHO	27
3.2 USINAS HIDRELÉTRICAS	32
3.3 ACAMPAMENTO NATALINO/ANONNI E PASSO REAL	37
4 CARLOS GOMES E O MAB	44
4.1 MEDIADORES	44
4.2 MOBILIZAÇÕES: “ARRANCANDO OS MARCOS”	49
4.3 CANCELAMENTO DA USINA HIDRELÉTRICA MACHADINHO	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

Usinas Hidrelétricas, seus desdobramentos e movimentos sociais são um tema em voga na atualidade. Sendo que as usinas hidrelétricas se apropriam das características geomorfológicas dos leitos originais dos rios para produção de energia, desalojando comunidades ribeirinhas, originando desse modo um descontentamento em determinadas localidades e em moradores passíveis de serem atingidos. Indo ao encontro destas perspectivas, o trabalho desenvolvido a seguir pretende realizar um estudo de caso a respeito dos movimentos sociais que emergiram quando da construção da Usina Hidrelétrica de Machadinho no distrito de Carlos Gomes, Rio Grande do Sul.

A aproximação com o tema ocorreu devido a uma experiência familiar. Quando realizou-se o levantamento e estudo de recursos energéticos da Usina Hidrelétrica de Machadinho e da Usina Hidrelétrica de Itá, a família da pesquisadora residia no município de Aratiba, Rio Grande do Sul e também compôs a categoria dos atingidos daquela usina. A propriedade familiar teve cerca de vinte e quatro hectares inundados pelas águas da UHE na linha Tamanduá. Desencadeando-se uma dúvida de longa data, no que tange à maneira com que a notícia foi recepcionada pelos atingidos pela barragem, visto que quando mencionado o local é visível o brilho no olhar, demonstrando uma paixão pela terra, a composição de uma identidade individual e coletiva. Assim, tornou-se importante uma pesquisa referente à repercussão, e para conseqüentemente, enfatizar os prós e contras á construção da usina.

A relevância em estudar-se especificamente a atuação depreendida pelos moradores de Carlos Gomes fez-se possível graças ao resultado obtido pela Comissão Municipal dos Atingidos por Barragens do município de Viadutos (CRAB). Recebendo apoio de uma categoria intitulada “Mediadores”, composta por entidades religiosas, sindicatos dos trabalhadores rurais e alguns professores da Fundação do Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior (FAPES), esta população conseguiu com que a empresa responsável alterasse o projeto inicial de construção da Usina Hidrelétrica Machadinho. Esta série de ações desenvolvidas pela comissão constitui um Movimento Social.

Segundo Tarrow (2009, p. 19)

A ação coletiva de confronto é a base de movimentos sociais não por serem estes sempre violentos ou extremos, mas porque é o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem equipados ou estados poderosos.

De acordo com Benincá (2011, p. 90-91) os movimentos sociais depreendidos deram origem a inúmeros direitos sociais, políticos e econômicos, sendo processos de contestação nas redes formais e informais. Ressalta-se que os movimentos sociais em questão tiveram origem com o período de enfraquecimento do regime militar brasileiro. Somente a partir da década de 1980 tem-se na região do Alto Uruguai o surgimento de quatro movimentos rurais, o Movimento Sindical, o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

O MAB enquanto entidade instituiu-se somente no ano de 1991, com o objetivo de defender uma categoria desassistida por governantes e especialmente pelas empresas construtoras. Observando-se a concepção de atingidos para estes órgãos, exclusivamente proprietários com registro tinham direito a receber indenização, reassentamento ou carta de crédito, desconsiderando os demais segmentos que compõem aquele local, toma-se por exemplo, uma professora regente de uma escola em área inundada.

Benincá (2011, p. 45) enfatiza que no Brasil o MAB estima aproximadamente um milhão de pessoas que se consideram atingidas e mais 850 mil sentem-se ameaçadas de perder seus terrenos. Todavia, estas entidades não consideram o meio ambiente, como a fauna e a flora, além da produção do gás metano devido à decomposição de matéria orgânica. Ademais destes fatores negativos não se pode deixar passar despercebido os vínculos da população atingida com a terra, com a comunidade, onde o sentimento é o mesmo que o luto pela perda de um familiar, ali se afogam relações, histórias de vida, memórias individuais e coletivas.

Como está se tratando de memória, o sociólogo Halbwachs (2003) afirma que a memória individual só tem utilidade quando ancorada na memória coletiva, ou até arrisca-se a dizer que há uma ausência de uma memória individual, pois o sujeito está inserido em uma comunidade com tradições, observando o mundo apenas sob sua ótica.

Desta forma, a metodologia empregada para a pesquisa será a história oral, devido à aproximação da autora com a participação que vem desenvolvendo-se há aproximadamente dois anos na atuação do Centro de Documentação e Laboratório de História oral da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, onde as atividades como bolsista voluntária propiciam o contato com documentos doados pela comunidade e que exigem um processo de higienização para consulta, para após serem catalogados e disponibilizados para eventuais consultas. Há cerca de um ano encontra-se em andamento um projeto de extensão com a parceria da secretaria de educação e Escola Municipal de Ensino Fundamental Aratiba, Rio Grande do Sul. O projeto consiste em resgatar a história do município através da história

oral, contando com entrevistas esquematizadas pelos próprios alunos do atual nono ano e acompanhadas pelos coordenadores do Centro, bolsista e voluntários.

Com esse contato da história oral com a comunidade, apresentou-se um amor pela metodologia, que possibilita ouvir a história de pessoas que muitas vezes não se sentem importantes e torná-las sujeitos ativos da história. Desta forma as fontes primárias são entrevistas orais com líderes e participantes da CRAB de Viadutos e o Livro Ata da Comissão Municipal dos Atingidos por Barragens do Município de Viadutos. Utilizando-se da história oral e da história regional, recentes no meio acadêmico.

A história oral tem seu marco de nascimento em 1848, porém sua popularização aconteceu só a partir de 1960, atingindo os meios acadêmicos posteriormente, em 1970 com Paul Thompson. No Brasil a história oral despontou em 1990. Segundo Santhiago e Magalhães (2015) a história oral preocupa-se com as experiências do narrador, possibilitando liberdade para demonstrar seus sentimentos. Sem dúvida, os trabalhos com a história oral necessitam de uma sensibilidade maior do pesquisador, pois se trata de fontes vivas com emoções, e é preciso ater-se ao que lhe é narrado tendo precaução, pois a memória é seletiva, assim o entrevistado irá selecionar o que lhe é conveniente.

A história regional despontou a partir da década de 1970 e assim como a história oral precisa um crivo do pesquisador. Há ali certa autonomia para delimitar a região de interesse. Quando se estuda a história regional observa-se detalhadamente todo o conjunto do local, diferentemente de quando se pesquisa através da micro história, onde o objetivo é reduzir a escala de observação.

Deste modo, tomando como metodologia a história oral e a história regional, no livro de atas da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens tem-se a finalidade de realizar um estudo de caso sobre os movimentos sociais decorrente da instalação da Usina Hidrelétrica de Machadinho na região do distrito de Carlos Gomes – Viadutos, utilizando-se de recursos, como estudos bibliográficos que possibilitam uma maior interpretação das áreas da história oral, econômica e social. As fontes utilizadas para análise são: o livro de Atas da Comissão Municipal de Atingidos por Barragem do município de Viadutos, este material, que contém todas as reuniões organizadas pela comunidade desde o ano de 1982 a 1997, além de entrevistas com os principais líderes deste movimento na década de 1980.

Para ser possível uma reflexão acerca do objeto de estudo, é necessário que se possua um embasamento teórico. Assim sendo, o primeiro capítulo será responsável pelo estudo utilizando autores de importância crucial quando se trata de história oral, por exemplo, José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda, com a obra intitulada “História Oral, como fazer,

como pensar”; Marieta de Moraes Ferreira com “Usos e abusos da história oral”; “Os arquivos e os ofícios do historiador” de Marcia Eckert Miranda; “Manual de História Oral” de Verena Alberti. Ao passo em que a metodologia necessita de referencial teórico o desenvolvimento econômico do Brasil e os movimentos sociais também. Em relação à parte econômica do trabalho, serão utilizadas obras como, “História Econômica do Brasil” de Caio Prado Júnior, “Formação econômica do Brasil” de Celso Furtado, “Desenvolvimento econômico Brasileiro” do autor Argemiro Brum, e referente a movimentos sociais, “Protesto: Uma introdução aos movimentos sociais” de Carlos Alberto Medeiros e James Jasper; “O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político” de Sidney Tarrow. Além de referenciais considerados como premissas básicas: “Política, protesto e cidadania no campo, as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul” de Zander Navarro; “O barro da conquista: o lugar das barragens na luta pela terra na Fronteira sul do Brasil” de Humberto José da Rocha. O segundo capítulo buscará utilizar obras que remetam a colonização do Alto Uruguai, que façam alusão a usinas hidrelétricas e aos acampamentos Anonni/Passo Real. E o terceiro capítulo irá servir-se de referencial teórico em relação a atingidos, mediadores e Carlos Gomes, contando principalmente com o livro de atas e depoimentos orais.

Buscando resolver o problema acerca das razões que determinaram a organização da população do distrito de Carlos Gomes e suprir os objetivos, estes que procuram entender o processo histórico de formação/mobilização e organização social que originou o MAB, para em seguida deter-se mais especificamente para compreender o processo de desenvolvimento social e econômico do Brasil, além de perceber o papel das hidrelétricas nesse processo de desenvolvimento, e estudar inclusive os movimentos sociais dentro do processo de modernização e sua reação, com este objetivo, e partindo desta linha de pesquisa o trabalho será organizado em três capítulos, distribuídos em eixos temáticos.

O capítulo inicial intitulado como “Processo de Desenvolvimento Socioeconômico do Brasil”, subdividido em três subcapítulos denominados como: “Abordagens Teóricas e Metodológicas” irá trabalhar a metodologia; “Desenvolvimento Econômico do Brasil” tem como intuito discutir uma abordagem histórica a respeito dos ciclos econômicos que o país enfrentou, bem como os governantes e suas ações no período; e posteriormente, “Luta pela Terra” buscará analisar as pautas de luta por território que o país enfrentou.

O segundo capítulo chamado de “Alto Uruguai Gaúcho” também tem sua estrutura dividida em três subcapítulos designados como “Alto Uruguai Gaúcho” que faz um apanhado do contexto geral, localização, colonização; em seguida o subcapítulo que irá tratar as “Usinas

Hidrelétricas”, desde os primórdios aos dias atuais; e o último responsável por tratar do “Acampamento Natalino/Anonni e Passo Real”.

No terceiro e último capítulo será abordado com maior ênfase à resistência dos atingidos do distrito de Carlos Gomes, nomeando assim o capítulo “Carlos Gomes e o MAB”, para posteriormente deter-se aos subcapítulos, como o primeiro que é referente aos “Mediadores”; o segundo que é alusivo as “Mobilizações”, e o terceiro subcapítulo que trata exclusivamente sobre a vitória parcial obtida pela população de Carlos Gomes quando do cancelamento da obra, visando demonstrar a partir deste estudo como o movimento da CRAB do município de Viadutos pode ser considerado pioneiro no sentido de movimentos sociais, ainda na década de 1980. E por fim encontram-se alguns apontamentos obtidos a partir do estudo de caso, abrindo para possíveis reflexões, além das referências bibliográficas utilizadas.

2 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO BRASIL

O capítulo inicial do trabalho está dividido em três subcapítulos sendo que o 2.1 irá tratar especificamente da metodologia e da teoria abordada no decorrer; o subcapítulo 2.2 abordará o desenvolvimento econômico do Brasil, bem como a industrialização e a justificativa da construção de barragens, e o último subcapítulo 2.3 é responsável por tratar a Luta pela Terra, abordando aspectos em cenário nacional de resistência.

2.1 ABORDAGENS METODOLÓGICAS E TEÓRICAS

O estudo de caso desenvolvido a seguir está dividido metodologicamente de duas formas, trabalhando simultaneamente com as referências bibliográficas e com a história oral. O ofício do historiador enfrentava desafios até o final do século XVIII, pois os arquivos eram de acesso restrito, foi a partir de 1789 com o movimento da Revolução Francesa que o alcance a todo cidadão francês tornou-se um direito. Segundo Miranda (2012) no decorrer do século XIX, os arquivistas assumiam um papel relevante na preservação dos documentos, entretanto não tinham autorização para eliminá-los ou destiná-los a guarda permanente.

A valorização da memória e as novas temáticas da historiografia estimularam a criação de centros de memória e documentação e transformaram o historiador em um agente ativo na constituição, organização e disponibilização de acervos, obrigando-o a repensar seu papel nas instituições de memória e buscar o diálogo com outras disciplinas de Ciência da Informação (MIRANDA, 2012, p. 901).

É no sentido da valorização da memória que acervos de história oral vêm sendo constituídos a partir da década de 1990, enfrentando diversos desafios como o não reconhecimento do trabalho, fatores externos na comunidade. Todavia, há uma série de procedimentos cabíveis para tornar, por exemplo, uma entrevista em documento.

Inicialmente para realizar uma pesquisa em história oral é necessário ter em “mãos” um projeto, que segundo Holanda; Meihy (2011) tem sua estrutura constituída por um tema, justificção, problemática e hipóteses, corpus documental e objetivo, procedimentos, bibliografia, cronograma. Alguns cuidados com a execução deste projeto precisam ser levados em consideração, como o tempo, elaboração de um roteiro, contendo premissas básicas, como os dados do entrevistado. Neste item é necessário manter-se atento para que ele diga seu nome

e sobrenome em vista de se ter certeza da pronúncia; história da família e de vida, atentando-se sempre as limitações do indivíduo, demonstradas muitas vezes através do silenciamento.

Após o cuidado inicial com os roteiros, e no momento propriamente dito da entrevista é de importância crucial verificar o funcionamento adequado do gravador enquanto explica-se ao entrevistado que o uso do aparelho é apenas uma ferramenta de auxílio quando do momento da transcrição; este passo se faz necessário para que o entrevistado não se sinta constrangido ou ameaçado. Outro fator a ser observado quando da realização de uma entrevista, é o local de realização. O ideal seria em um ambiente silencioso para que facilite a transcrição da mesma, mas muitas vezes isso não ocorre, tendo em vista que ela deve ser executada onde o entrevistado sentir-se mais a vontade.

A etapa posterior, para tornar uma entrevista em um documento formal é a realização da transcrição literal do que foi narrado, corrigindo pronúncias de linguagem.

A transcrição deve ser feita o quanto antes, de preferência pelo próprio entrevistador. Se não, este deve ao menos colaborar, ajudando ou aconselhado por um filólogo, se necessário, quando se tratar de recompilar de tradições orais: contos, cantigas folclóricas (AMADO; FERREIRA, 2006, p. 239).

A fase seguinte a de transcrição é a apresentação do material transcrito ao entrevistado, onde o indivíduo tem liberdade para autorizar ou suprimir trechos da transcrição que possam causar estranhamentos ou complicações na sociedade.

A história oral além dos meios acadêmicos também pode ser utilizada em sala de aula, com o intuito de demonstrar aos alunos que a história não é feita somente pelos grandes homens ou heróis, mas todos nos fizemos parte dela.

A história oral pode ser entendida de duas maneiras: como um método que registra memórias narradas, através de entrevistas, e como o resultado desse método, isto é, como fonte de informação (SANTHIAGO, MAGALHÃES, 2015, p.22).

Visando relativa proximidade com a história oral, o trabalho será desenvolvido a partir desta metodologia, realizando entrevistas com os principais líderes dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Machadinho no distrito de Carlos Gomes¹, Viadutos- RS, além do uso das obras bibliográficas norteadoras.

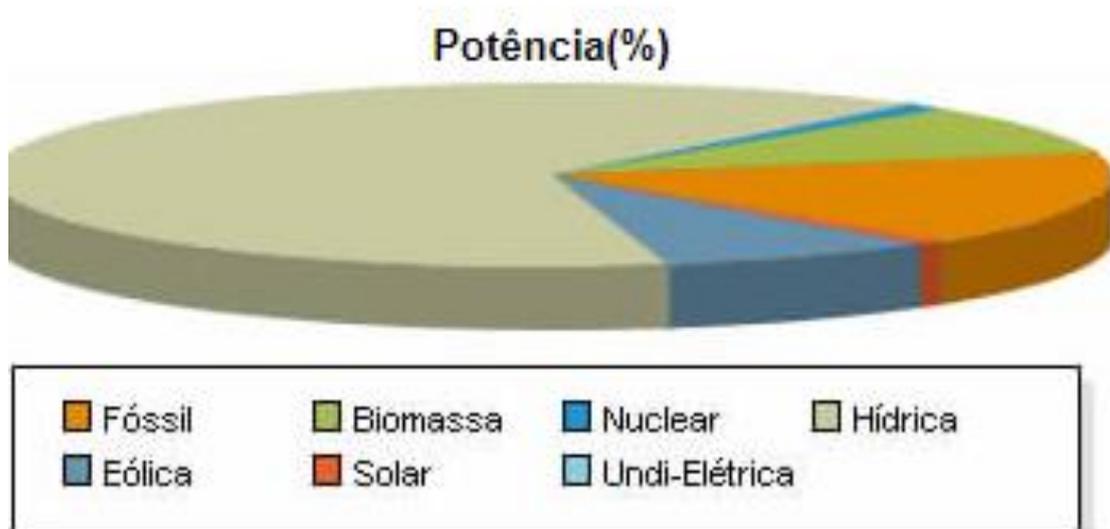
Amparado pela história oral, partir-se-á para um estudo acerca dos movimentos sociais quando da construção das Usinas Hidrelétricas, estas que tiveram origem ainda antes da República. Segundo Rocha (2014) a primeira usina de energia foi explorada em 1883 em

¹O então município de Carlos Gomes emancipou-se em 20 de março de 1992 pela lei estadual nº 9.540. No período estudado era distrito do município de Viadutos. Está localizado na parte leste do Alto Uruguai Gaúcho.

Diamantina no estado de Minas Gerais denominada como Ribeirão do Inferno, e tiveram seu ápice de crescimento durante a terceira revolução industrial e o período do milagre econômico (1968-1973).

A energia elétrica consumida no país hoje é originária em sua grande maioria (64,43%), segundo dados do BIG- ANNEL (2018), da energia hidráulica produzida por meio das hidrelétricas, seguido pela energia fóssil (16,65%), biomassa (8,84%), nuclear (1,19%), eólica (8,04%), solar (0,86%), posto que o Brasil possui no total 7.144 empreendimentos em funcionamento, gerando um total de 160.799.166 *quilowatt* de potência instalada. Como demonstrado na imagem abaixo.

Figura 1: Consumo de energia elétrica e as respectivas matrizes



Fonte: BIG- ANEEL

Partindo de pressupostos básicos como, o reassentamento de comunidades que foram atingidas por esse percentual alagado (64,43%) representado na imagem acima, como sendo os responsáveis pela geração da energia do país. Em decorrência disto foi a partir da década de 1980 que os atingidos passaram a organizar-se como um movimento social impondo resistência a estas construções.

Na concepção de Jasper (2016) acerca dos movimentos sociais, estes são consequência de uma sequência de ações organizadas que visam promover mudanças na sociedade. Estas mudanças podem ser usufruídas por vários setores da comunidade, como explica Tarrow (2009) com seu conceito de oportunismo político onde, segundo ele, um

movimento social geralmente é realizado pela camada da sociedade que não tem nada a perder, muito pelo contrário, busca através destas ações reivindicar melhores condições de vida ou seus direitos, já assegurados. A oportunidade exata para o confronto ocorre quando há uma ruptura na estrutura do sistema, como um período de fraqueza.

Reportando ao caso estudado, e fazendo alusão ao conceito de Jasper, a série de ações desenvolvidas pela CRAB, Viadutos na década de 1980 resultaram em um movimento social e ao mesmo tempo ao conceito de oportunismo político de Tarrow, bem como as lutas travadas foram lideradas pela camada mais abastada do distrito, como agricultores familiares, agregados, arrendatários, haja vista que a ELETROSUL procurava negociar principalmente com a elite do distrito.

Tarrow (2009) frisa inclusive que o oportunismo político não é exclusivo da esquerda ou da direita, mas sim de quem luta através dos movimentos por ele. No exemplo estudado, a ruptura do sistema político é datada do período militar, onde os mesmos lutavam, mas com as devidas precauções, como descrito no trecho da entrevista realizada.

A gente tinha uma dificuldade porque eles alegavam que por trás dos movimentos, nós trabalhava pro PT cresce, e na verdade nós colocava pro povo que nós precisava de alguém pra defender o povo, coisa assim, nesse sentido, um povo comprometido com as questões sociais (HOINOSKI, 2018).²

A abertura que o oportunismo político possibilitou para a sociedade neste caso foi pertinente para aquela localidade. Porém outras comunidades foram desapropriadas em nome do progresso e desenvolvimento do país, e como explicado pelo autor, estas aberturas para movimentos sociais ocorrem em um momento em que costumeiramente se encerram ciclos políticos, deixando uma brecha para estes movimentos.

Se a história oral como método científico busca aproximar os diversos agentes históricos e esclarecer que todos são sujeitos passíveis de construí-la, independente da participação na sociedade em que se está inserido, os cidadãos que segundo Jasper (2016) atuam em ações contínuas, são os responsáveis por desencadear os movimentos sociais, estes apontados por Tarrow (2005), como os que reivindicam por uma comunidade justa e igualitária, sendo estes os únicos a buscar seus direitos sem temê-los. Estes indivíduos ativos na sociedade serão os mesmos a lutar por condições justas quando do período a ser estudado a seguir no panorama do cenário industrial brasileiro.

² Izidoro Hoinoski atualmente é comerciante no município de Carlos Gomes e não desempenha mais atividade econômica que exercia quando do movimento social (arrendatário).

2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO BRASIL

O desenvolvimento econômico de um país é motivo de comemoração, pois representa um sinônimo de progresso para os diversos segmentos da sociedade, esta evolução deve andar concomitantemente com os projetos de justiça social, tornando possível assim que vários setores da comunidade tenham acesso aos bens produzidos pela indústria brasileira. Esta mesma que é originária do processo que desencadeou a evolução do sistema capitalista, conhecido como revoluções industriais, nome designado ao fato de terem ocorrido três fases da revolução. A primeira teve início na metade do século XVIII (1750-1800) e estendeu-se ao longo do século XIX, a segunda fase delineou-se por volta século XIX e início do século XX, liderada pelos Estados Unidos, e a terceira fase surgiu com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Anterior ao período que ocorreram as revoluções industriais, o processo econômico do país recebia fortes estímulos para a produção cafeeira. Segundo Furtado (2007), via se uma oportunidade para aquisição de novas terras, tendo em vista a grande inflação que proporcionava crédito, conseqüentemente, elevando os valores da produção. Porém essa prosperidade teria um desfecho em breve, sendo as razões motivadoras a crise de 1893 e a elasticidade de mão de obra disponível. Em virtude das crises anteriores, a desencadeada em 1929 já encontrou um terreno vulnerável.

Se a valorização da saca do café já tinha encontrando dificuldades no período anterior a crise, devido a grande produção, este quadro se manterá estável quando da mesma, no período de apogeu dos cafezais no ano de 1933, encontrando-se no período mais forte da depressão. Buscando encontrar uma alternativa viável, o governo se vê na obrigação de tomar providências, surgindo assim três possíveis opções, como, segundo o autor aponta, colher o café ou deixá-lo apodrecer nos arbustos? Se colhido, qual o destino a ser dado? E outra hipótese trata a respeito da destruição ou estocagem? Um reflexo dessas políticas é percebido se observado a moeda do país, durante o período mais difícil da crise, a renda monetária reduziu-se entre vinte e cinco por cento e trinta por cento.

Os reflexos da crise da superprodução norte-americana que culminou com o crack da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, afetaram o Brasil, que no início da década de 1930, a qual levou Getúlio Vargas ao poder. A política de industrialização e nacionalismo de Vargas atingiu, em cheio, o setor da energia tido como estratégico naquela perspectiva, pois o processo de industrialização brasileiro tinha na disponibilidade de energia um dos obstáculos a serem superados, já que o carvão de pedra, combustível principal da indústria moderna, apresentava-se de “qualidade

inferior” e de “exploração difícil e precária” no Brasil (PRADO JÚNIOR, 1990, p.257).

Oscilava-se no poder durante a República Velha, a oligarquia de Minas Gerais e São Paulo, conhecida como política do café com leite. Fazendo jus ao nome, Minas Gerais era um grande polo de produção leiteira, enquanto que São Paulo era de café. Nesse acordo ficava firmado a não intervenção do Estado nas oligarquias provinciais. Porém, essa dinâmica foi rompida quando da crise que culminou com a revolução de 1930, onde o gaúcho Getúlio Vargas depreendeu um “golpe”, não conformado com o resultado das urnas, tomando o governo de forma provisória.

Em contrapartida à produção agrícola, o café encontrava-se em crise e apresentava dificuldade na recuperação, outro setor da economia sofreu impactos menos severos. A industrialização voltada ao mercado interno em 1932 encontrava-se já em níveis proporcionais com o período anterior a crise. Furtado (2007) explica ainda que o desenvolvimento deste setor, todavia, estava ancorado na precariedade das máquinas, não podendo importar do exterior devido à depreciação da moeda brasileira, porém há casos de fábricas que tiveram seus equipamentos provindos de manufaturas que decretaram falência.

No mesmo momento em que Brum (2005) ressalta que foi a partir da Primeira Guerra Mundial, e principalmente a partir de 1930 que a indústria passou a atrair capital e mão-de-obra. Se a economia voltada à industrialização se desenvolvia, isso era devido à estagnação da agricultura, entretanto foi somente em 1956 que o nível industrial ultrapassou o agropecuário. Como destaca o autor, a produção industrial brasileira acontecia em dois setores de produção, os bens de produção não duráveis, e os bens de produção duráveis.

Os reflexos do conflito da Primeira Guerra Mundial na economia do país podem ser percebidos quando do primeiro censo no período posterior a guerra. Prado Júnior (1990) apresenta em sua obra que no ano de 1920 os estabelecimentos industriais somavam 13.336, com 1.815.156 contos de capital e 275.512 operários. Dos quais 5.936 indústrias foram fundadas no período de 1915-1919, entretanto no período compreendido entre 1924 a 1930 enfrentaram adversidades, indo à ruína e outras manterem-se ao nível mínimo de subsistência.

Em sua obra o autor explana que as indústrias de produção de bens não duráveis tiveram seu nascimento em virtude da dependência notada com relação aos produtos de importação, buscando-se produzir primeiramente para suprir as carências dos consumidores. As fábricas destes produtos eram regidas pelas famílias, em grande parte delas de pequeno, médio e até grande porte, e abastecidas com recursos provindos da região local e

proximidades, produzindo gêneros alimentícios, bebidas, e peças de vestuário. A matéria-prima responsável pela industrialização brasileira no setor têxtil, de acordo com Prado Júnior (1990), foi o algodão.

Se as indústrias de produção de bens não duráveis eram constituídas por uma estrutura familiar não necessitando ampliação de recursos governamentais, já as indústrias de produção de bens duráveis que tiveram seu ápice a partir de 1950, exigiram melhores condições de infraestrutura, transportes e principalmente de energia, como afirma Brum (2005, p. 214). Essa energia que, segundo Prado Júnior (1990, p. 257), era deficiente, pois o carvão existente no Brasil é de baixa qualidade e sua exploração é difícil, e outras fontes energéticas como a água, lenha e o vento não eram suficientes para alimentar a indústria maquinofatureira.

No decorrer do governo de Juscelino Kubistchek, com as indústrias produzindo era necessário que o governo fizesse com que houvesse energia suficiente para suprir a demanda, uma vez que 98% do abastecimento elétrico do país era oriundo de empresas privadas e 2% de estatais, este cenário vai sendo alterado em meados de 1952, onde já há indícios de 92% era privado e 8% estatal e uma década mais tarde, em 1962, 64% era privado e 36% estatal.

Segundo Brum (2005, p. 234) Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek foram importantes no processo de industrialização do Brasil, porém somente no governo de Ernesto Geisel que as indústrias tornaram-se prioridades, isto é na década de 1970. Com seu plano de metas denominado 50 anos em 5, Juscelino deixou o Brasil como o país mais industrializado entre as nações em desenvolvimento. Seu plano tinha como objetivo realizar a terceira fase do processo de substituição de importações, alicerçado em seus propósitos que previam distribuir 30 metas em 5 grupos, onde a energia (meta 1 a 5) apresentava o maior investimento 43,4%, abrangendo a energia elétrica, nuclear, carvão, petróleo, seguindo, a segunda meta eram os transportes (metas de 6 a 12) e com um investimento de 29,6%, a terceira meta era direcionada a alimentação (metas de 13 a 18) recebendo um montante de 3,2%, a quarta meta era destinada a indústria de base (metas de 19 a 29) usufruindo um total de 20,4% dos investimentos e a quinta meta era atribuída à educação (meta 30) recebendo cerca de 3,4 % dos investimentos, e por fim uma meta a parte, a construção de Brasília.

Furtado (2007) ressalta que a procura por bens de capital, não somente auxiliou a economia a levantar-se, como também estabeleceu laços que a ajudaram a continuar crescendo, fabricando parte dos recursos essenciais para sua conservação e ampliação. Isso foi possível, sobretudo pela procura que surgiu dos bens de capital em vista do elevado custo de importação destes produtos.

A industrialização do Brasil sucedeu-se de diferentes maneiras em cada estado, conforme Prado Júnior (1990); por exemplo, São Paulo tornou-se uma região favorável devido a inúmeras circunstâncias, como o progresso, por ser um polo produtor de café e posteriormente tem-se a chegada do imigrante europeu para trabalhar nestas lavouras.

Mas foi somente na transição para o período militar que a industrialização no país desenvolveu-se de fato, sendo necessária a busca por recursos geradores de energia. Brum (2005) sustenta que no início dos anos 1960 e meses finais de governo de João Goulart a situação econômica do país enfrentava contratempos como a inflação, instabilidade das contas no exterior e a deficiência nas remunerações. Com a transição de governo para Castelo Branco, procedimentos foram tomados, por exemplo, o incentivo a indústria nacional, criando-se assim cinco programas, sendo eles: Finame (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais); Fundece (Fundo de Democratização do Capital das Empresas); O Funtec (Fundo de Desenvolvimento Técnico- Científico) ambos criados no ano de 1964, o Finep (Fundo de Financiamento para Estudos, Projetos e Programas); e o Fipeme (Programa de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas) constituídos em 1965.

O autor afirma que a partir de 1967, e novamente com a transição de governo, de Castelo Branco para Costa e Silva os rumos econômicos se renovam, saindo-se de um plano para conter a inflação para outro que visava acelerar a economia, originando um período denominado como Milagre Econômico, que compreende o intervalo de 1968- 1973, com um aumento de 10% nas taxas médias do ano. Nesta ocasião, o governo buscou facilitar ao consumidor a compra de veículos automotores, impulsionando este ramo industrial. Além das medidas adotadas pelos governantes, outros fatores também impulsionaram a economia. A inflação reduziu-se a menos de 20% e as exportações, importações passaram a crescer milhões.

No regime militar, durante o período do “milagre econômico” (1968-73) novamente a industrialização e a urbanização aumentaram a demanda de energia, que, agravada pela crise de petróleo (1973), conferiu maior importância aos projetos hidrelétricos. Em 1974, já no Governo Geisel, foi lançado o Plano 90, que previa a ampliação da geração, principalmente através das UHE Itaipu e Tucuruí, esta, associada a criação da Eletronorte, em 1972 (LIMA, BARBALHO, CARVALHO, 1995, apud ROCHA, 2014, p. 21).

No quarto mandato dos governos militares, durante a gestão de Ernesto Geisel em 1974, o quadro econômico vinha moldando-se de maneira diferente. O mundo enfrentava uma

crise petrolífera, ocorrendo em poucos meses a quadruplicação no preço do barril. Brum (2005) afirma que a economia brasileira que vinha encontrando períodos de prosperidade, como o período anterior do milagre econômico, para manter estes níveis elevados fez-se necessário que governo buscasse tomar providências, como o autor coloca, a estratégia era transformar o país em uma potência mundial, para isso devia-se seguir as seguintes metas: conservar o desempenho do milagre econômico; reduzir as diferenças na renda; priorizar os sistemas de transporte mais acessíveis; mudar os padrões de industrialização. As prioridades do governo passaram a ser assim, indústria básica, eletrônica, mineração, e a expansão do setor energético, buscando-se construir grandes hidrelétricas, como, Itaipu, Sobradinho e Tucuruí.

Com a crescente necessidade de energia para suprir a demanda industrial, e as Usinas Hidrelétricas direcionadas como um recurso viável, obras de grande porte passaram a ser construídas em todo país, acarretando desta maneira mudanças na região de instalação, como, a remoção, indenização e reassentamento de comunidades inteiras, além de uma mudança brusca nos hábitos de vida dos ribeirinhos, desencadeando em muitos a perda de identidade, em vista disso, é perceptível uma luta do povo pela terra, manter-se nela ou conquistá-la. No subcapítulo a seguir, aspectos desta luta serão trabalhados com maior ímpeto.

2.3 LUTA PELA TERRA

A história da luta pela terra foi desencadeada com maior afinco na década de 1960, principalmente na fronteira sul do país, onde em nome da modernização fez-se “necessária” a construção de usinas hidrelétricas. Essa região foi berço da Usina Hidrelétrica Osório no território dos municípios de São Jorge d’Oeste e Quedas do Iguaçu; Usina Hidrelétrica Salto Santiago em Saudade do Iguaçu; a Usina Hidrelétrica Passo Real no município de Salto do Jacuí; Usina Hidrelétrica Binacional Itaipu que atinge territórios de 16 municípios brasileiros e do Paraguai; Usina Hidrelétrica Itá compreendendo os municípios de Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Peritiba, Piratuba; e quatro no Rio Grande do Sul: Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos e a Usina Hidrelétrica Machadinho nos municípios de Zortéa, Capinzal, Campos Novos, Anita Garibaldi e Celso Ramos, em Santa Catarina, e Machadinho, Barracão e Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul.

Três estados que compõem a região da Fronteira Sul do Brasil enfrentaram inúmeros desdobramentos em seu cotidiano e em sua terra em nome do progresso. Comunidades inteiras foram deslocadas de seu território, deixando para trás um passado de memórias e histórias que marcaram o processo de evolução do indivíduo, como as lembranças do local, a perda de identidade do grupo.

Populações atingidas quando reassentadas buscam reproduzir aos moldes da comunidade de criação, os costumes, a arquitetura das construções, a forma de interação, etc. Segundo Rocha (2018) os três estados da Fronteira Sul enfrentaram as mesmas dificuldades quando nos referimos aos reassentamentos e indenizações.

O acampamento Anonni e Passo Real é um modelo concreto das dificuldades em que os atingidos enfrentavam. Estes reassentamentos significavam para os atingidos uma conquista a partir da luta travada com as empresas, como por exemplo, a ELETROSUL. A usina instalada na foz do rio Jacuí entrou em funcionamento no ano de 1973, na região sul de Fronteira Sul. Segundo Rocha (2018) o processo de indenizações aconteceu de forma parecida em várias dessas construções. Realizava-se de forma lenta, tanto as indenizações quanto os reassentamentos, o que foi fator determinante para acirrar a luta pela terra que se prolongou por até mais de uma década, exemplo disso são as 60 famílias que, três anos depois ainda não tinham sido reassentadas e passaram, posteriormente, a ocupar uma área no município de Ronda Alta, no estado do Rio Grande do Sul compondo o acampamento da fazenda Anonni. Tomando por base o caso relacionado à usina instalada na foz do rio Jacuí, a população que seria afetada com a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu, mobilizou-se o quanto antes.

Na região norte do estado do Rio Grande do Sul, na década de 1980, também ocorreram processos de instalação de usinas hidrelétricas, a Usina Hidrelétrica de Itá e a Usina Hidrelétrica de Machadinho. O tratamento com os prováveis atingidos não se deu de uma maneira muito diferente do que nos casos acima relacionados. Porém o que se tem nessa localidade, é a presença de uma resistência maior à construção da obra, ou então uma luta por condições mais justas de reassentamento e indenizações.

Segundo Rothman (1996, p. 118) a comunidade regional organizou-se de uma maneira até então pioneira, juntamente com mediadores da sociedade, como sindicato dos trabalhadores rurais, alguns professores da então FAPES de Erechim-RS (atual URI), membros das igrejas luterana e católica, como os setores progressistas, assim como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral da Juventude (PJR) e o Ministério Eucarístico que buscaram auxiliar os colonos neste processo, oferecendo cursos de capacitação de jovens e adultos do interior para que depois, assim que retornassem a suas comunidades tivessem

condições para as liderar. Uma estratégia encontrada foi trabalhar com a mobilização dos atingidos das duas usinas simultaneamente, organizando reuniões na maioria das vezes no município de Erechim.

O movimento de resistência à construção da Usina Hidrelétrica de Machadinho requer um estudo de caso maior, que será desenvolvido nos capítulos seguintes, por se tratar de uma comunidade que se engajou com afincos nesta luta pela terra. Organizados pela CRAB regional, a comissão municipal dos atingidos por barragem do município de Viadutos construíram um documento em forma de ata, contendo todas as reuniões do grupo e o que ficava decidido na mesma.

Perseverando na luta, os atingidos da CRAB- Viadutos, caracterizados como comerciantes, agricultores familiares e comunidade em geral, procuravam monitorar o território de modo em que a empresa ELETROSUL não pudesse iniciar as obras sem ter em mãos um plano de reassentamento, nem que para isso fosse necessárias medidas extremas, como por exemplo, a prisão em cativeiro de engenheiros da obra, remoção de marcos da construtora já fixados, além de encontrar uma forma para manter a comunidade unida, o que se transformou num desafio.

Então se uma coisa mais de urgência [acontecia] nos se comunicava via os professor, se ia na escola, nas capela ou comunidade através dos líder que representavam, não tinha, na época, não tinha ministro nem servidor, mas tinha quem puxava , então a gente tinha essa contato com essas pessoas pelo fato de eu ter descrito todo esse andamento do trabalho. Tivemos missões aqui também que os padres na época os cappuccinos, até conhecedores deste fato né, eles falaram muito nas comunidade que o povo tinha que permanecer mas sempre unido e sempre informado da situação (HOINOSKI, 2018).

A construtora procurava alegar que não possuía recursos para reassentar essa população, nas palavras de um depoente, “Esse era o processo que barrou eles quando chegou a parte de assenta, eles tinham dinheiro pra construí a obra, não tinham dinheiro pra assenta. Aqui que foi barrado o processo” (HOINOSKI, 2018). Tanto que em vista da crise econômica que atingiu o país neste período a construção das obras parou por um determinado período de tempo, o que foi de importância crucial para os atingidos, estes assim aproveitaram a oportunidade para buscar apoio em Brasília.

A luta dos colonos era pela garantia de que nenhuma obra fosse construída sem indenizações justas e certeza das mesmas. Segundo Rocha (2019) os atingidos almejavam a

indenização terra por terra, ou a indenização em dinheiro e participação nos planos de reassentamentos.

Porém os atingidos da Usina Hidrelétrica de Itá não tiveram a mesma “sorte”, enquanto a obra na usina de Machadinho encontrava-se em entraves, esta decorria de forma “tranquila”, considerando que foi necessária a construção de uma nova cidade de Itá, haja vista que a construída que se encontrava, acabou submersa.

Em virtude destas lutas Rocha (2019) descreve que o Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) exprime uma pauta de reivindicações que inclui princípios políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Sendo que o MAB é originário destas ações desenvolvidas no decorrer da década de 1980. Como pode ser observado no relato oral.

Sim, o MAB que seria... daí se conseguiu expandi pro Brasil inteiro, eu fui várias vezes pra outros estados, coisa assim, conta como nós se organizamos, como nós fizemos né. Daí nós conseguimos através de aliança que se formava, ir pro Brasil inteiro, pro Mato Grosso pra aqueles lados onde tinha alguma coisa de barragem, aí nós passava a situação como nós se organizamos, como nós fizemos, todos esses processo foram se igualando. (HOINOSKI, 2018).

Tomando como ponto de partida as três seções que deram origem ao capítulo inicial do trabalho, vertentes estas mais abrangentes quando se trata de desenvolver um pouco do cenário atual do Brasil no período estudado (anterior a 1980) para em seguida poder dar-se continuidade. O estudo de caso que trata os movimentos sociais no distrito de Carlos Gomes, Viadutos, no período anterior ao nascimento do MAB, é resultado de uma política governamental que se desenvolveu desde o governo de Juscelino Kubistchek e teve continuidade no decorrer do Regime Militar tendo como propósito realizar a terceira fase do processo de substituição de importações, é neste momento em que um projeto de recuperação da economia, denominado como o plano de metas de JK é criado, sendo uma das metas com maior investimento destinada energia, e outra aos transportes.

Em 1967 há um novo plano para restaurar a economia brasileira, agora no governo de Costa e Silva, conhecido como o período do Milagre Econômico (1968- 1973), sendo ele, um facilitador para a compra de veículos automotores, impulsionando assim a indústria, e conseqüentemente em 1974, já na gestão de Ernesto Geisel com uma crise mundial de

petróleo fez-se necessário que o país buscasse novas alternativas, que suprisse a demanda com a produção energética, o uso do petróleo, vindo assim, a construção das Usinas Hidrelétricas como um recurso provável. O desfecho desta política pode ser sentido em diversas áreas do Brasil, inclusive na região norte do Rio Grande do Sul, no leito do Rio Uruguai, sendo este berço de duas usinas.

Haja vista essa ação governamental que atingiria milhares de pessoas de diversos municípios gaúchos e catarinenses, diversos setores da sociedade, como agricultores, arrendatários, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entidades religiosas, como a Igreja Católica e Luterana, e alguns professores da FAPES, que procuraram se organizar dentro do possível, almejando condições de indenizações e reassentamentos justos. Posteriormente vendo uma abertura para resistência, assim a fizeram, sendo estas ações trabalhadas por Jasper (2016) em seu conceito de movimento social e Tarrow (2009) ao conceito de oportunismo político. O modo em que a região norte do Alto Uruguai foi colonizada e sua relação com esta forma de resistência será trabalhada com maior afino no capítulo posterior.

3 ALTO URUGUAI GAÚCHO

Dando prosseguimento ao trabalho, este capítulo está dividido da mesma forma que o inicial. Sua estrutura em três subcapítulos busca situar o leitor da maneira que a região do objeto de estudo pertence, por exemplo, o item 3.1 irá tratar a respeito do Alto Uruguai Gaúcho, desde o processo de colonização, em seguida o subcapítulo 3.2 abordará o contexto geral das hidrelétricas chegando à consolidação da Usina Hidrelétrica de Machadinho e finalmente o subcapítulo 3.3 se encarrega de explicar sobre os desdobramentos da luta pela terra e os movimentos sociais, sobretudo a partir da construção da Usina Hidrelétrica Passo Real.

3.1 ALTO URUGUAI GAÚCHO

Se observarmos o contexto da hidroeletricidade no sul do Brasil e o advento da construção das Usinas Hidrelétricas na região do Alto Uruguai, são plausíveis que façamos algumas reflexões acerca de indagações sobre os motivos que levaram a construção destas obras, responsáveis por geração de energia. Dentre diversos “pontos” é necessário considerar o povoamento e colonização desta região, o relevo acidentado e a conjuntura industrial e econômica do país quando da construção destas obras.

O histórico elétrico da energia deste país, segundo Rocha (2014), remonta para o final do século XIX, estabelecendo desta maneira uma divisão em três estágios, abrangendo, o fim do século descrito até a década de 1930, posteriormente, desta década até os anos 1990 e em seguida, o último estágio que se estende até a atualidade.

Mas o processo anterior a um panorama do setor histórico elétrico é situar o leitor quando se refere à região do Alto Uruguai. Localizado ao sul do Brasil, o Alto Uruguai denomina-se desta forma por ser banhado pelas águas do rio Uruguai, afluente responsável por abranger territórios nacionais e internacionais, como, Argentina e Uruguai. De acordo com Rocha (2012), o rio Uruguai se origina na convergência do rio Pelotas e Canoas seguindo a direção leste/oeste na fronteira entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, trecho este de 400 quilômetros correspondente ao Alto Uruguai.

Com base em uma delimitação geográfica a região do Alto Uruguai Gaúcho conta com uma associação fundada em 09/10/1970 nominada como AMAU (Associação dos Municípios do Alto Uruguai) abrangendo atualmente 32 municípios, sendo eles: Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Benjamin Constant do Sul, São Valentim, Faxinalzinho, Erval Grande,

Itatiba do Sul, Barra do Rio Azul, Aratiba, Barão de Cotegipe, Erechim, Três Arroios, Mariano Morro, Severiano de Almeida, Marcelino Ramos, Viadutos, Gaurama, Áurea, Carlos Gomes, Floriano Peixoto, Charrua, Getúlio Vargas, Paulo Bento, Erebango, Estação, Ipiranga do Sul, Quatro Irmãos, Jacutinga, Campinas do Sul, Ponte Preta, Centenário.

Figura 2: Mapa da região do Alto Uruguai Gaúcho



Fonte: Associação dos Municípios do Alto Uruguai

A região mencionada foi colonizada há aproximadamente cem anos, pelas companhias colonizadoras *Jewish Colonization Association* (ICA) e *Luce & Rosa*, ambas companhias privadas, e o estado. Esta foi a última região do estado a receber imigrantes, oriundos das colônias velhas, denominadas desse modo pelos próprios colonos. Segundo Benincá (1990), as “colônias velhas” foram criadas a partir de 1875, nominadas como colônia de Caxias, Dona Isabel e Conde D’Eu; Silveira Martins, Alfredo Chaves e Antônio Prado que receberam descendentes de italianos e poloneses, enquanto que os alemães eram originários das colônias de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Cruz e Estrela.

A real intenção do governo monárquico de D. Pedro II, de acordo com Benincá (1990), ao incentivar a imigração de europeus para o Brasil, era a busca por mão de obra

qualificada para o trabalho agrícola, desta forma, os colonos italianos inicialmente foram redimensionados para as lavouras de café em São Paulo e Rio de Janeiro, sendo posteriormente destinados a colonização das colônias velhas, acima descritas, buscando, desta forma, fazer frente às investidas de estrangeiros no território.

A última colônia de povoamento criada no estado do Rio Grande do Sul e, de acordo com Benincá (1990), a primeira a contar com um planejamento, quando nos se refere ao traçado de estradas, divisão de lotes rurais e organização de povoados, foi fundada pelo governador do estado Dr. Carlos Barbosa Gonçalves no dia 06 de outubro de 1908 no atual município de Passo Fundo, com sede em Capo Erê. A nova colônia escolhida pelos descendentes e imigrantes para ser colonizada, segundo Piran (2015), é caracterizada por um terreno geológico composto por basalto, o que com uso de corretivos agrícolas possibilita uma produção de níveis médios a elevados, o que foi fator determinante para o incentivo da imigração na região. De acordo com Benincá (1990) a população cresceu em grandes proporções. Na data de 30 de julho de 1912 estimavam-se um total de 14.687 habitantes, sendo destes 9.000 brasileiros e 5.687 imigrantes, enquanto que no censo de 1920 já se registravam 39.450 habitantes.

Convém ressaltar que a região do Alto Uruguai possuía outros moradores quando do período da chegada de imigrantes na mesma, como os povos nativos Tupi-Guarani, Kaingang, e os caboclos. De acordo com Benincá (1990, p. 21), no ano de 1927 o censo demográfico do estado do Rio Grande do Sul demonstrava a presença de 2.500 indivíduos e no ano de 1953 os números subiram para 3.671 pessoas.

Com a presença dos imigrantes na nova colônia os hábitos familiares foram sofrendo alterações. Organizadas em torno de um núcleo familiar, e com a propriedade de até 25 hectares aproximadamente, o manejo da terra se dava de modo arcaico, em virtude da pouca terra, escassas ferramentas e poucos recursos financeiros. Porém os ciclos econômicos da região do Alto Uruguai já estavam se desenvolvendo mesmo antes da colonização; de acordo com CHIAPARINI, E. et al (2012) a extração da erva-mate, acompanhada pela agricultura voltada para a extração da madeira de árvores milenares de mata nativa como cedros, cabriúvas, açoita-cavalos, angicos, grápias, além das araucárias foram dando espaço à necessidade de abrir-se “estradas” e lavouras. O destino dado a essas toras era a estação ferroviária que funcionava em Barro³, entretanto, os vagões para o transporte não eram

³ A região citada como Barro, era denominada assim por conta da ferrovia localizada em suas terras, mas em 15 de dezembro de 1954 fundou-se como município, hoje Gaurama.

suficiente, surgindo a alternativa de maiores lucros na década de 1930, onde o transporte era realizado por balsas no Rio Uruguai, por isto os troncos eram amarrados uns aos outros e levados pela água até a Argentina.

Se havia comercialização para a grande quantidade de madeira extraída, o mesmo ocorria com o excedente da produção agrícola, segundo os autores CHIAPARINI, E. et al, (2012, p. 112) no ano de 1920 as casas comerciais eram responsáveis por sanar toda e qualquer necessidade do “colono”, ali eram comercializadas diferentes especiarias como, querosene, louças, chapéus, sal, ferramentas, tecidos, louças, fósforos. No entanto os autores pontuam que o método de comercialização era o sistema de troca-troca, por consequência, os agricultores deixavam uma parte correspondente pelo produto adquirido, de sua lavoura de milho, trigo, ou feijão.

Os autores CHIAPARINI, E. et al (2012, p. 142), ainda complementam que a agricultura do Alto Uruguai se caracteriza em dois períodos, o primeiro assinalado quando do momento da colonização até o final da Segunda Guerra Mundial, denominada como tradicional, onde a força de produção é humana e animal; e o segundo período remonta do pós-guerra aos dias atuais, chamado de moderno, tendo origem os programas de financiamentos para lavouras.

Neste período os agricultores com melhores condições tinham uma vantagem maior, adquirindo então logo terras dos pequenos agricultores familiares, deixando-os vulneráveis perante grandes entidades como a ELETROSUL, e segmentos religiosos tendo em conta que a igreja encontrava-se dividida, buscando fazer acordos com os maiores proprietários e com os comerciantes, como nos aponta Hoinoski (2018):

Era pra ser uma reunião pros grande, e nós entramos lá e coisa assim, e sei que começamos pedi pro bispo onde que ele tem a terra, nós temos contrato! Nós temos acordo! Onde que ele tem a terra? Que ele não é o dono da Paróquia, não é dono da Mitra, que primeiro tem que fala com o povo aonde ele vai assenta nós.

O emprego do termo “grande” citado pelo entrevistado remete à concepção de agricultor forte, que Rocha (2012, p. 94) salienta como sendo o agricultor que possuía em torno de 25 hectares ou mais, podendo sanar as necessidades da propriedade, enquanto que o agricultor fraco apresenta no máximo 10 hectares, distribuídos em categorias como agregados, operários e arrendatários.

É necessário frisar que, mesmo que o estudo de caso esteja relacionado com a história local, a mesma não é totalmente isolada do contexto nacional. Quando tratamos da temporalidade acima descrita e do advento da modernização do país, a área rural também se

modificou. Segundo Rothman (1996, p. 112) a modernização que teve início na década de 1950 e a agro industrialização em 1970 foram altamente seletivas, o que contribuiu para a desigualdade entre os colonos, da mesma maneira a indústria aperfeiçoou-se e expandiu a produção. Como apresentado no capítulo anterior, durante o governo do período militar onde ocorreu o “milagre econômico” a demanda industrial foi tanta que, preocupado em ter energia suficiente para o abastecimento das mesmas, o governo incentivou a instalação de usinas hidrelétricas por todo país.

A região do Alto Uruguai, por ser localizada em um terreno acidentado, foi avaliada como apta a ser berço de duas usinas hidrelétricas instaladas no leito do Rio Uruguai, tomadas como prioridade, a Usina Hidrelétrica de Itá e a Usina Hidrelétrica de Machadinho. Conforme descrito acima a população dessa região é formada na sua maioria por descendentes de imigrantes que se tornaram pequenos agricultores familiares, onde a construção de uma obra desse nível é encarregada por uma drástica mudança na vida destas pessoas.

Segundo relatos de atingidos a construção de obras como a de usinas hidrelétricas trouxe impactos severos no cotidiano dos indivíduos; conforme Rothman (1996, p. 113) a notícia a respeito do processo indenizatório pelos atingidos pela barragem de Sobradinho, Salto Santiago, Salto Osório, dos “afogados” da barragem de Passo Real chegaram a conhecimento dos ribeirinhos da bacia do Rio Uruguai, causando um sentimento de incerteza com relação ao que poderia lhes poderia ocorrer, sendo possível tal percepção abaixo:

É eles tinha um prazo de dois anos, até foi feito um ato público, eles iam demarca área, mas tinham que ter o plano de assentamento, nós tinha o nosso plano de assentamento como nós queria, a ELETROSUL não tinha, ai nós trabalhamos a consciência do povo, vamos deixa eles faze a obra, a água vem vindo, nós vamos ter que sai, e vamos ir aonde, subi os morro (HOINOSKI, 2018).

A consciência de classe do pequeno agricultor familiar é perceptível, como uma categoria desunida seria considerada inferior se comparada aos grandes proprietários de terras e os comerciantes, então, a única alternativa vista pelos futuros atingidos foi lutar pelo que ainda lhes pertencia, mantendo assim a suas individualidades e costumes comunitários. É necessário ressaltar o nascimento das Usinas Hidrelétricas, o que pode ser observada na seção a seguir.

3.2 USINAS HIDRELÉTRICAS

De acordo com o que foi descrito no subcapítulo anterior, a construção de Usinas Hidrelétricas correspondem a um marco na história do país, entretanto sabemos que a construção destas obras com o objetivo de gerar energia também tem uma origem, e antes mesmo disso tem-se a “invenção” da própria eletricidade.

A geração de energia elétrica no período anterior a difusão das hidrelétricas, de acordo com Rocha (2014), surge no século VI a.C, onde Tales de Mileto realizava experimentos a partir do atrito com pedaços de âmbar, mas somente em 1800 chegou-se mais perto de uma fonte de energia, com os estudos de Alessandro Volta. Porém, as Usinas termelétricas e hidrelétricas datam de um período mais recente. Rocha (2014) enfatiza que em 1759 foi construída a primeira usina responsável pela energia hidráulica, nas cataratas do Niágara, onde o norte-americano Daniel Joncairs aproveitou a energia natural do rio para tocar um moinho. Esse projeto passou a ser seguido no período posterior pelos irmãos Augustus e Peter Porter, que trataram de aumentar a aficiência do projeto. Desta maneira é possível afirmar que os norte-americanos foram os pioneiros na tratativa de geração de energia, pois em 1882 uma termelétrica a carvão foi instalada na Pearl Street, em Manhattan, iluminando assim partes de Nova Iorque.

A energia nos Estados Unidos foi ampliando-se na década de 1880, surgindo empresas como a *Edison General Electric* (que mais tarde expandiu seus domínios para Alemanha e a Itália), a *Thomson-Houston Electrical Company* (seguiu a concorrente alcançando a França e a Inglaterra), e a *Westinghouse Electric Manufacturing Company* (ROCHA, 2014).

Enquanto isso no Brasil, a energia elétrica chegou ao mesmo tempo em que os países de primeiro mundo, graças à audácia de D. Pedro II. A cidade de Campos no Rio de Janeiro em 1883 foi a primeira cidade brasileira que passou a contar com serviço de iluminação pública. No mesmo ano, a capacidade hídrica do Brasil passou a ser aproveitada, instalando-se a Usina Hidrelétrica Ribeirão do Inferno, no estado de Minas Gerais, e mais tarde, “em 1889 entrou em operação a primeira hidrelétrica nacional – e a primeira da América do Sul – considerada de grande porte. A UHE Marmelos-Zero (4 MW de potência), no rio Paraíba, município de Juiz de Fora (MG)” (ROCHA, 2014, p. 13).

A economia brasileira é fator crucial a ser analisado quando se trata do desenvolvimento das hidrelétricas. Como é de conhecimento, o país passou por diversos

ciclos econômicos, como, o açucareiro, cafeeiro, onde ambos apropriaram-se da mão-de-obra escrava, em seguida tem-se o incentivo para imigração de europeus a fim de substituir os escravos nas lavouras, e no caso do sul povoar o território, conseqüentemente com o passar dos anos tem-se o crescimento de uma indústria de base e como resultado maior demanda por energia elétrica.

Com este objetivo entre os anos de 1934 e 1939 durante o governo de Getúlio Vargas, de acordo com Tedesco e Cesco (2014, p. 57), onde se institui o Código das Águas e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, o estado controlava as concessões do setor (em 1960 foi substituído pelo Ministério de Minas e Energia).

Outro período importante para o setor hidráulico deu-se durante o regime militar, mais especificamente durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, caracterizado como milagre econômico tinha por objetivo reerguer o país após uma crise. De acordo com Brum (2005) este período de 1968-1973 tornou-se responsável por manter a inflação em menos de 20% ao ano enquanto que a economia crescia até 10%.

Todavia, no ano de 1974, segundo Benincá (2011, p. 71), eclodiu uma crise de petróleo fazendo com que as taxas inflacionárias subissem, dando como encerrado o período de prosperidade brasileira. O então presidente Ernesto Geisel buscando driblar esse cenário lança o II Plano de Desenvolvimento (PND) tendo como objetivo propagar as pesquisas no petróleo, incentivando assim a troca de combustíveis (gasolina pelo álcool) e a construção de novas hidrelétricas.

Brum (2005, p. 385-386) explica que o governo militar de João Batista de Oliveira Figueiredo, sucessor de Ernesto Geisel, tinha intenção dar continuidade no projeto Brasil-Potência, denominado como, o III Plano de Desenvolvimento (1980-1985), em sua pauta destinada ao desenvolvimento do setor energético, planejava a seqüência dos empreendimentos hidrelétricos de Itaipu e Tucuruí. Pretendia ainda, aumentar a produção nacional do petróleo e a alternativa com a cana-de-açúcar, diminuindo a dependência externa.

Nos dias atuais, após ascensão e depressão da economia brasileira encontram-se no país segundo dados do BIG-ANEEL (2019) um total de 7.428 empreendimentos em operação o que corresponde a 163.843.441 *quilowatt* de potência instalada, com previsão de chegada a 19.277.134 *quilowatt* de geração, oriundos de 146 empreendimentos em construção e mais 428 projetos.

O potencial elétrico do Brasil hoje apresenta maior diversidade, originário de matrizes energéticas, como a energia eólica, biomassa, nuclear, fóssil, hídrica, solar, undi-elétrica. Segundo dados do BIG-ANEEL (2019) essa energia é formada de diversas maneiras,

como por exemplo, a biomassa, que utiliza como fonte produtos agroindustriais, biocombustíveis líquidos, florestas, resíduos animais, resíduos sólidos urbanos; a energia eólica aplica a cinética do vento; a energia fóssil apropria-se de carvão mineral, gás natural, outros fósseis, petróleo; a energia hídrica, como o próprio nome já diz, usa o potencial hidráulico; a energia nuclear tem como fonte primária o urânio, enquanto que a energia solar e a undi-elétrica operam com produtos como, a radiação solar e a cinética da água.

A energia provinda de usinas hidrelétricas é produzida nos principais rios brasileiros, se observarmos os dados do BIG-ANEEL (2019) é possível tal percepção, como, por exemplo, o Rio Madeira que comporta em seu leito 12 usinas hidrelétricas, e demais afluentes, como nos mostra a imagem a seguir.

Figura 3: Tabela dos principais rios brasileiros e usinas instaladas

Rio	Nº de Usinas Instaladas	Capacidade Instalada (kW)
Tocantins - PA	1	8.535.000
Xingu - PA	1	7.566.433
São Francisco - AL	6	7.441.601
Madeira - RO	2	7.318.000
Grande - MG	12	7.206.300
Paraná - PR	2	7.000.085
Iguaçu - PR	6	6.907.467
São Francisco - BA	7	6.809.501
Paraná - MS	3	6.535.200
Paraná - SP	3	6.535.200
Paranaíba - GO	5	5.642.302
Grande - SP	7	5.220.200
Paranaíba - MG	3	4.984.000
São Francisco - SE	1	3.162.000
Tocantins - TO	4	2.731.450
Teles Pires - PA	2	2.519.800
Paranapanema - SP	11	2.398.156
Uruguai - SC	2	2.305.000
Uruguai - RS	2	2.305.000
Paranapanema - PR	8	2.184.700

Para os Rios que fazem a divisa de Estado do Brasil, a potência está quantificada para ambos os Estados.

Fonte: BIG- ANEEL

A fim de contextualizar de uma forma geral, é necessário observar quais eram as empresas responsáveis pela construção das usinas hidrelétricas e qual sua função em cenário nacional. A primeira hidrelétrica construída no Brasil, como mencionado acima, foi a Usina Hidrelétrica Ribeirão do Inferno, onde a mesma teve sua obra implantada pela autoprodutora mineradora Santa Maria.

A partir do ano de 1943 tem-se a difusão de empresas estatais como a Comissão Estadual de Energia (CEEE) no Rio Grande do Sul; Empresa Fluminense de energia elétrica no Rio de Janeiro; Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF) em Alagoas e Bahia; Centrais elétricas de Minas Gerais (CEMIG) em Minas Gerais, e a FURNAS – Centrais

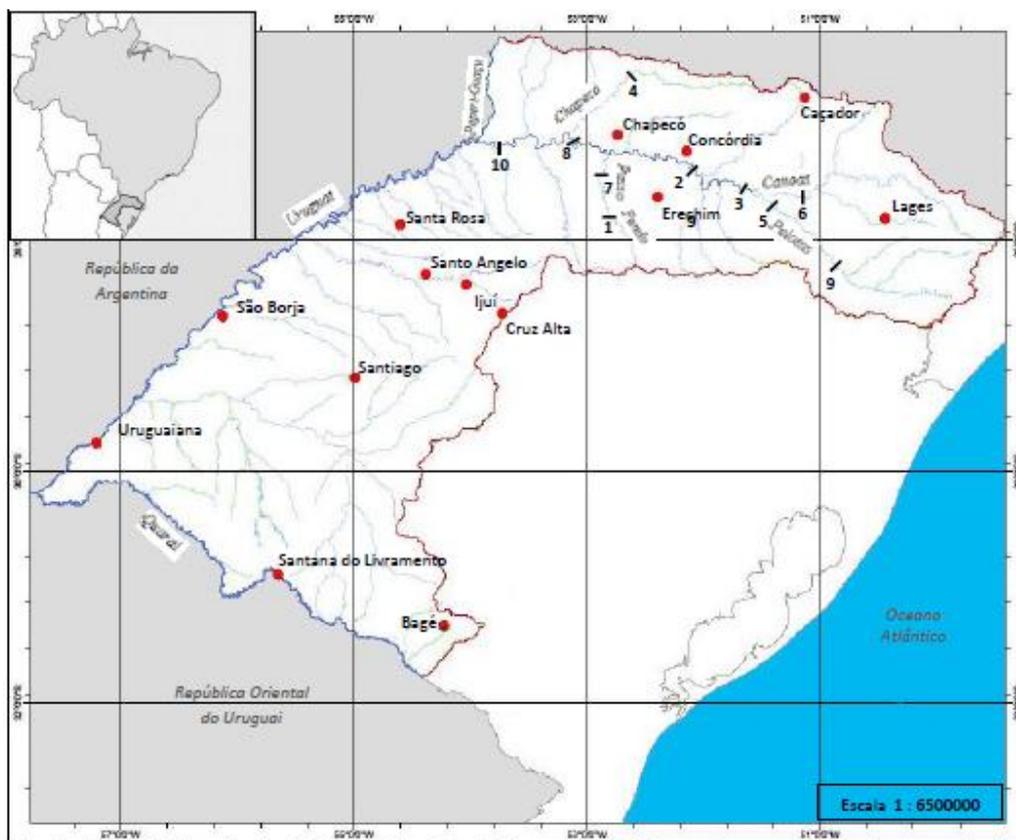
elétricas S.A uma parceria entre governo federal e os estados de São Paulo e Minas Gerais *Light* e a CPFL. (ROCHA, 2012).

Como descrito acima, em 1961 foi criado o ministério de Minas Gerais e energia, fundando-se assim a ELETROBRAS e quatro subsidiárias regionais, a CHESF (nordeste), FURNAS (sudeste), ELETROSUL (sul), ELETRONORTE (norte), além da *Light* serviços de eletricidade S.A e a EXCELSA. De acordo com Rocha (2012) em 1980 criou-se a ENGEVIX encarregadas pelas pesquisas e projetos hídricos e a Camargo Córrea com a responsabilidade na construção (de caráter privado).

O período neoliberal que ascendeu no mundo atingiu o Brasil após a eleição de Fernando Collor de Mello, desencadeando o período das privatizações, onde 31% do capital elétrico foram vendidos. Desta forma a ELETROSUL ficou dividida em duas partes, a ELETROSUL (estatal) responsável pela transmissão de energia e a GERASUL (privada) encarregada pela geração. Atualmente o Brasil possui um sistema de geração e transmissão composto em Sistema Interligado Nacional e o Sistema Isolado Nacional.

A Usina Hidrelétrica de Machadinho palco de geração de lutas pelos movimentos dos atingidos por barragem no estudo de caso, pertence ao Sistema Interligado Nacional, que abrange a região sul, sudeste, centro-oeste, nordeste e parte da região norte.

Figura 4: Mapa da bacia hidrográfica do Uruguai



Principais hidrelétricas da bacia hidrográfica do rio Uruguai, segundo a ordem cronológica de operação: 1-UHE Passo Fundo, 2-UHE Itá, 3-UHE Machadinho, 4-UHE Quebra Queixo, 5-UHE Barra Grande, 6-UHE Campos Novos, 7-UHE Monjolinho, 8-UHE Foz do Chapecó, 9-UHE Pai Querê, 10-UHE Itapiranga.

Fonte: ROCHA (2012)

A energia produzida pela UHE Machadinho é destinada a todo país. Segundo Benincá (2011) a maior parte da energia do Brasil é originária de hidrelétricas, mesmo considerada uma das fontes mais baratas, enquanto as grandes empresas consumidoras saldam com cerca de 5 centavos ao KWh a população chega a pagar até 60 centavos ao KWh.

A energia repassada à população desde 2015 é dividida em bandeiras tarifárias, como a bandeira verde, amarela e vermelha. Segundo dados da ANEEL (2019) as cores correspondem ao semáforo; a verde não há acréscimo na tarifa; a bandeira amarela representa uma condição menos favorável, assim a tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,010 para cada *quilowatt-hora* (kWh) consumidos; e a bandeira vermelha que está dividida em duas: o patamar 1 equivale a condições mais custosas de geração, onde a tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,030 para cada *quilowatt-hora* kWh consumido e o patamar 2 tem o acréscimo de R\$ 0,050 para cada *quilowatt-hora* kWh consumido na tarifa.

Enquanto as grandes empresas, maiores consumidoras de energia arcam com as menores tarifas, o restante da população “responsabiliza-se” com as consequências. Como

afirmou o entrevistado Hoinoski (2018) em trecho descrito anteriormente, as grandes empresas no geral, as concessionárias de energia, como por exemplo, a ELETROSUL concedem prioridade a camada “mais alta” da sociedade, ignorando o “pequeno”, seja ele, agricultor familiar ou comerciante. No distrito de Carlos Gomes, os acordos firmados entre a ELETROSUL, quando da construção da Usina Hidrelétrica Machadinho, ocorria da mesma forma. Os agentes responsáveis em tratar do reassentamento com os atingidos procuravam os maiores proprietários rurais, esquecendo-se dos posseiros, arrendatários, etc., no entanto não foi somente na UHE Machadinho que esta segregação sucedia-se, o que será demonstrado na seção a seguir.

3.3 ACAMPAMENTO NATALINO/ANONNI E PASSO REAL

A luta das comunidades pela terra remete para um período de “desenvolvimento” na sociedade capitalista. Por tratar-se de um período em que o mundo passou por uma era de explorações do operariado, este sistema que surgiu e se consolidou juntamente com a Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII e especialmente no século XIX, estendendo-se até a Segunda Guerra Mundial. A história dessas comunidades pode ser compreendida, segundo o ponto de vista de Burke (1992), que passa a considerar a opinião das pessoas comuns acerca de seu passado.

Quando tratamos sobre o tema deste subcapítulo, os acampamentos, Natalino/Anonni e Passo Real, é importante que se esclareça inicialmente da região em que estamos tratando. A população afetada destas regiões faz parte da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, demonstrado na figura 5. Como destacado na seção anterior, a modernização do país foi fator crucial para o advento das hidrelétricas. Na década de 1960, de acordo com Rocha (2019), começaram as obras das UHE Salto Osório e Salto Santiago, ambas no Rio Iguaçu, instaladas no norte da região da Fronteira Sul, ao mesmo tempo em que no Paraná consolidava-se a construção destas UHE, no Rio Grande do Sul efetivava-se a edificação da Usina Hidrelétrica Passo Real, no rio Jacuí.

Figura 5: Imagem da Mobilização na Messorregião da Grande Fronteira do Mercosul



	Evento	Local / Data
1	Ocupação da Fazenda Sarandi	Sarandi - RS / 1962
2	UHE Salto Osório - Rio Iguaçu	PR - 1965-75
3	UHE Salto Santiago - Rio Iguaçu	PR - 1965-80
4	Instalação da UHE Passo Real - Rio Jacuí	Salto do Jacuí - RS / 1967-73
5	Ocupação da Fazenda Annoni	Pontão - RS / 1976
6	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens	Concórdia - SC / 1979
7	Acampamento na Encruzilhada Natalino	RS324 Sarandi - RS / 1980-83
8	UHE Machadinho - Rio Uruguai	RS/SC - 1982
9	UHE Itá - Rio Uruguai	RS/SC - 1984-94
10	Acordo MAB-Eletrosul	Erechim-RS - 29/10/1987

Fonte: Adaptado pelo autor a partir do mapa fornecido pelo Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=2791b4ac-40df-4fe2-b44f-6a05542052c0&groupId=63635>. Acesso: 23 fev. 2018.

Fonte: ROCHA (2019)

As populações atingidas pelos primeiros empreendimentos da área hidráulica, de acordo com Rocha (2019), foram as ribeirinhas à Usina Hidrelétrica de Salto Osório e da Usina Hidrelétrica Salto Santiago na década de 1960 no estado do Paraná. Elas sofreram certa desvalorização, mais especificamente foram ludibriados pela empresa responsável pela construção, por se tratar de um cenário novo para estes indivíduos. Enquanto isso no Rio Grande do Sul estava em construção a Usina Hidrelétrica de Passo Real.

Localizada no município de Salto Jacuí (RS), especificamente no Rio Jacuí, na segunda metade da década de 1960 tiveram início os trabalhos de construção da Usina

Hidrelétrica de Passo Real. Com um reservatório de 233, 39 km² a UHE Passo Real inundou áreas de oito municípios, efetivando a capacidade para gerar 158 *megawatts* (ROCHA, 2018, p. 48).

A origem dos acampamentos Natalino/Anonni é consequência da desapropriação destas comunidades. Rocha (2019, p. 88-89) aponta que, juntamente com o Movimento dos Agricultores Sem-terra ligados ao MASTER, esse povo passou a ocupar as terras da fazenda Anonni no município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Entretanto, a área de ocupação da fazenda Sarandi, segundo Dickel (2015), era propriedade de Ernesto José Annoni e ocorreu mediante responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) tendo como justificativa que a ELETROSUL não havia como realizar o reassentamento.

Rocha (2019) propõe que os desdobramentos acerca dos “afogados” de Passo Real tornar-se-ia o embrião de lutas pela terra. Com o abrandecimento do fim do período militar, de acordo com Tarrow (2009), houve o crescimento de oportunidade política, conceito defendido pelo autor, onde podem ser vistas rupturas na estrutura do estado. Outro sociólogo que trabalha a associação de oportunidade política é Jasper (2016, p. 50); para ele, essa teoria se

concentra nas aberturas da sociedade politicamente organizada, que consiste tanto nas instituições políticas quanto das elites que as controlam. Quando as elites discordam entre si, uma facção pode abrir a porta do sistema político a pessoas de fora a fim de criar novos aliados.

Esta abertura do regime militar foi o primórdio para a organização de movimentos sociais por todo país. O conceito de Movimento Social é definido na obra de Jasper (2016, p. 23) como “esforços persistentes e intencionais para promover ou obstruir mudanças jurídicas e sociais de longo alcance, basicamente fora dos canais institucionais normais sancionadas pelas autoridades”.

Na esteira de luta, ou com os movimentos sociais, o Movimento dos Sem Terra (MST) pode ser considerado pioneiro neste cenário. O Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) surgiu da Comissão Regional dos Atingidos por Barragem (CRAB), originando assim um movimento organizacional coeso nos três estados do sul. Como é conhecido, um protesto só é considerado um movimento social quando as ações tem continuidade e buscam provocar mudanças na sociedade. A CRAB enquanto movimento, buscava reivindicar reassentamento justo em relação à terra atingida ou, em outras instâncias, defender a terra dos pequenos agricultores rurais, haja vista que não é somente um pedaço de chão, mas muitas vezes uma identidade individual e coletiva que ali é registrada. Na obra de

Jasper (2016), ele elucida a maneira com que se organiza um grupo mediante a identidade coletiva:

Os movimentos também formam suas próprias identidades. Essas identidades de movimento podem basear-se no corpo organizacional ou na adesão a táticas, ou ainda na solidariedade que nasce do senso inspirador de uma luta nacional ou internacional. Quando um indivíduo se identifica com um grupo, sua lealdade ajuda a mantê-lo envolvido (p. 140).

Na área de abrangência da bacia do Rio Uruguai, é perceptível uma identificação. Inicialmente, a CRAB era composta pelos possíveis atingidos da Usina Hidrelétrica de Itá e pela Usina Hidrelétrica de Machadinho. Segundo Rocha (2012, p. 106), em 1985 representantes de 24 municípios reuniram-se na cidade de Erechim com o intuito de consolidar a atuação da CRAB em toda bacia. A contar desta data, o movimento contabilizou quatro comissões regionais, sendo elas: R1: Itá e Machadinho; R2: Itapiranga e Iraí; R3: Lages; R4: Chapecó, e em 1986 foi criada a quinta comissão, R5: Missões ou Garabi e Roncador.

O fato que culminou na emergência do movimento social na região da bacia do Rio Uruguai refere-se ao estudo do inventário hidrelétrico publicado pela ELETROSUL no ano de 1979 prevendo a instalação de 22 usinas hidrelétricas em território nacional, inundando assim grandes extensões de terra. Na imagem abaixo é possível observar as hidrelétricas pretendidas.

Possível atingido da Usina Hidrelétrica de Machadinho, este local seria totalmente tomado pelas águas da hidrelétrica, segue abaixo uma foto do município de Carlos Gomes, antes distrito de Viadutos.

Figura 7: Foto da cidade de Carlos Gomes, 1983.



Fonte: Acervo Izidoro Hoinoski

Como pode ser observado na imagem acima, o terreno do município de Carlos Gomes, no estado do Rio Grande do Sul, é propício para abrigar uma hidrelétrica, tendo em conta o relevo acidentado. Segundo dados da prefeitura municipal de Carlos Gomes o município é localizado em regiões montanhosas e rochosas, cultivando assim a agricultura de subsistência (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS GOMES, 2019).

Os movimentos sociais que culminaram, no Brasil a partir da década de 1960, tem estreita relação com a instalação das Usinas Hidrelétricas, sendo que as primeiras instaladas foram a Usina Hidrelétrica Salto Osório e a Usina Hidrelétrica Salto Santiago, ambas no Rio

Iguaçu no estado paranaense. Todavia, no Rio Grande do Sul estava em construção a Usina Hidrelétrica de Passo Real no salto do Jacuí. Dessas obras surgiram os reassentamentos, que tinham como objetivo reabrigar essas populações ribeirinhas, entretanto a condição do reassentamento não se deu de forma igualitária.

Juntamente com o movimento dos Sem Terra-MASTER os “afogados do Passo Real” ocuparam áreas da fazenda Annoni. Este cenário de luta é considerado por Rocha (2019) como o embrião dos movimentos sociais no Brasil.

Na região norte do estado do Rio Grande do Sul após o Estudo do Inventário Hidrelétrico da bacia do Rio Uruguai no ano de 1979, desembocaram uma série de ações contrárias às instalações da UHE Itá e da UHE Machadinho que podem ser consideradas como um marco para a mobilização social no Brasil. Agricultores familiares de toda região do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense organizaram-se para alcançar o objetivo, que seria reivindicar condições justas de reassentamento, tendo em conta o conhecimento do ocorrido nas hidrelétricas antes construídas.

A população dessa região é composta majoritariamente por descendentes de europeus, como italianos, alemães e poloneses, além dos habitantes negros e indígenas que sobreviveram frente às investidas colonizadoras. Esses migrantes alojaram-se nesta localidade por conta do esgotamento territorial nas Colônias Velhas do estado. Proprietários de terrenos com até 25 hectares, com um relevo acidentado, utilizam a agricultura de subsistência como alternativa de sobrevivência.

Estes fatores contribuíram para a organização de um movimento social homogêneo em toda região, juntamente com diversos segmentos da sociedade. Com o objetivo de melhor identificar este conjunto de ações, o capítulo a seguir irá tratar especificamente sobre o distrito de Carlos Gomes, RS e sua participação efetiva neste ciclo de protestos.

4 CARLOS GOMES E O MAB

Chegando ao último capítulo do trabalho, este que pode ser considerado crucial para obtenção de certas conclusões a respeito da relação do distrito de Carlos Gomes e o MAB. Da mesma forma que os anteriores, o terceiro capítulo intitulado “Carlos Gomes e o MAB” será dividido em três subcapítulos: o 4.1 realiza uma reflexão acerca de quem são os mediadores, sua influência quando da organização dos movimentos sociais; o 4.2 busca demonstrar o processo de resistência da população frente a construção da usina hidrelétrica; finalmente, o subcapítulo 4.3 procura tratar em específico do movimento social ocorrido no distrito de Carlos Gomes que fez com que a ELETROSUL mudasse seu foco para a Usina Hidrelétrica de Itá.

4.1 MEDIADORES

Encaminhando-se para o último capítulo do trabalho, ou seja, o foco dessa pesquisa, o estudo de caso acerca dos movimentos sociais ocorridos durante a década de 1980 no distrito de Carlos Gomes, RS. Referimo-nos a Carlos Gomes como distrito visto que o mesmo, durante o período estudado, pertencia ao município de Viadutos, emancipando-se somente em 20 de março de 1992.

De acordo com dados obtidos do IBGE (2019), o atual município de Carlos Gomes localiza-se no interior do estado do Rio Grande do Sul, a leste do Alto Uruguai, com 620 metros de altitude e -51,91° de longitude oeste, ocupando uma área de 83.155 km² sendo cerca de 3 km² em perímetro urbano. Os limites de divisa do município são os seguintes: ao norte com Maximiliano de Almeida, Viadutos; ao sul com Centenário; a leste com Maximiliano de Almeida, Paim Filho e São João da Urtiga; a oeste com Centenário e Viadutos.

A economia deste município é baseada na agropecuária, com destaque para soja, milho, feijão, trigo, caqui, uva e citros, além de suínos e gado leiteiro, indústria e comércio em desenvolvimento. Apresenta um clima do tipo mesotérmico, temperado e úmido com a temperatura média de 18,8°C. O principal afluente é o rio Apauê Mirim, e a vegetação é formada por florestas nativas ou de reflorestamento.

Figura 8: Mapa da localização do município de Carlos Gomes



Fonte: Wikipédia (2019).

A introdução sobre Carlos Gomes é necessária para situar o leitor no cenário de lutas contra a construção da hidrelétrica de Machadinho. Reforçando o que já foi dito anteriormente, um ciclo de Movimentos Sociais origina-se no início da década de 1980. Segundo Tarrow (2009, p. 106), “as oportunidades políticas ocorrem para certos grupos e não para outros [...] mas, apesar dessas variações, os movimentos surgem porque as condições de mobilização cresceram no sistema político em geral”.

De acordo com Tarrow (2009), uma ruptura na estrutura do governo determina o conceito de oportunização política. No Brasil, é perceptível essa interrupção no final do período militar, surgindo assim os Movimentos sociais, e é

em cenários autoritários, onde na maioria das vezes a repressão esmaga a resistência, a centralização do poder dá aos dissidentes um tipo estranho de vantagem - um

campo unificado e um alvo centralizado para ser atacado quando o sistema enfraquecer (TARROW, 2009, p. 112).

A partir do rompimento do regime autoritário, vários movimentos sociais afloram no país. Segundo Moraes (1996, p. 80), na região do Alto Uruguai estruturaram-se quatro movimentos rurais, o Movimento Sindical, o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), entretanto esta designação surgiu no período posterior. Inicialmente, o movimento contra as barragens se chamava CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragem). Onde buscava fazer frente às investidas da empresa concessionária de energia elétrica, a ELETROSUL, quando da construção da UHE Itá e Machadinho.

O movimento social organizado pela CRAB é composto por diversos segmentos da sociedade, como os possíveis atingidos pela UHE (agricultores familiares, comerciantes), o sindicato dos trabalhadores rurais, segmentos religiosos (Igreja Católica e Luterana), e alguns professores da instituição de ensino superior FAPES sediada no município de Erechim, RS. Estes elementos que compõem a estrutura do Movimento Social, com exceção dos atingidos são denominados como os Mediadores, ênfase de pesquisa dessa seção.

Primeiramente antes de adentrarmos especificamente na atuação dos Mediadores na construção da UHE Machadinho, é imprescindível uma caracterização da função destes indivíduos. De acordo com Moraes (1994, p.82) a dimensão política educativa dos movimentos sociais é dividida em processos formais e informais. Caracterizado como informal encontra-se a socialização política individual e coletiva da organização. E ao formal as práticas pedagógicas que as lideranças desenvolvem de um lado e a intervenção dos mediadores de outro.

Quando se fala sobre Mediadores se refere a uma categoria responsável por intermediar as relações em movimento social. Segundo Moraes (1994), durante a década de 1980 é possível perceber três momentos da interferência dos mediadores. Inicialmente, a participação deu-se pela presença da Igreja Católica, seguido por lideranças sindicais e o terceiro e último estágio caracterizado por um período de formação técnica.

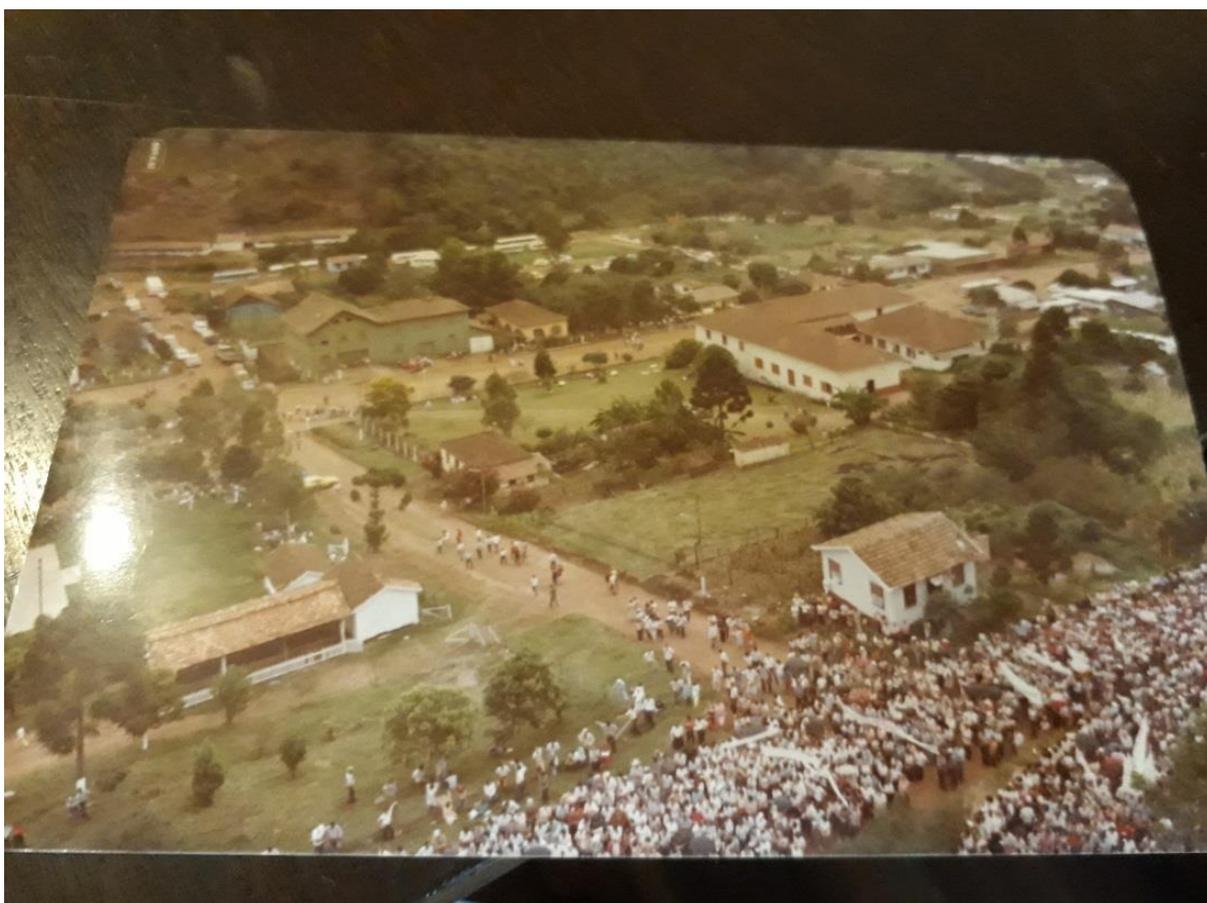
Tomando como ponto de partida a Igreja Católica, ela transformou-se, no período, em um instrumento de mobilização popular. Por intermédio das matrizes e capelas nos municípios/comunidades a atuação da igreja teve relativa importância. De acordo com Moraes (1994, p. 82) a igreja popular teve sua participação alicerçada nos princípios da Teologia da Libertação, desta forma, a formação de líderes comunitários aconteceu por intermédio dos setores progressistas. Segundo a autora, “o ponto central desta prática educativa está na leitura

da bíblia sob a ótica do pobre, que possibilita descobrir o ‘Plano Divino da Salvação’, cujo aspecto principal está no objetivo de construir a ‘Sociedade Nova’” (p. 83).

A Igreja Católica instituiu diversos núcleos de formação, como, a Escola Diocesana de Servidores de Erechim (ESC), subsidiando cursos a partir de 1978; a Pastoral da Juventude (PJ) que buscava elaborar uma crítica da realidade social em cenário nacional para que assim as lideranças pudessem refletir em suas comunidades; e a (CPT) Comissão Pastoral da Terra (REIS, 2007, p. 483).

Além de promover a formação das lideranças locais, a igreja católica fornecia a estrutura de salões paroquiais e das igrejas para as assembleias e discussão das formas de resistência. Um dos exemplos dessa participação religiosa é a VI Romaria da Terra que ocorreu no dia 15 de fevereiro de 1983 no distrito de Carlos Gomes, nomeada como “Águas para a vida e não para a morte”, reunindo de 20 a 40 mil pessoas (VIANNA, 2009, p. 20).

Figura 9: Romaria da Terra, 1983.



Fonte: Acervo Izidoro Hoinoski

A fala de um atingido de Carlos Gomes reforça a presença da igreja. De acordo com Hoinoski (2018), missões ocorreram naquela região, onde os padres Capuchinhos enfatizavam que o povo deveria permanecer unido e informado do que estava ocorrendo.

Após a etapa de formação inicial desprendida pela igreja tem-se a figura das escolas sindicais, como a “Escola Sindical do Alto Uruguai” (ESAU), além de outras entidades de apoio, o Centro de Educação Popular (CEPO) criado em 1986 destinado a desempenhar tarefas de lideranças e material para comunicação, por exemplo, o jornal “A enchente do Uruguai”. Por intermédio desse centro, a CRAB obteve recursos financeiros do exterior (REIS, 2007. p. 484). Ainda segundo as palavras de Hoinoski (2018), eles obtém recursos para aquisição de veículos, “conseguimos através do nosso conhecimento como a CRAB ajuda pra paróquia, que na verdade devia ser um carro liberado pra nós, mas como a igreja ficava sempre neutra por pressão política e coisa, a gente conseguiu dois carros”. Na região do Alto Uruguai, especificamente na cidade de Passo Fundo criou-se o Centro de Tecnologia Alternativa (CETAP) em um encontro promovido pela Fundação de Assistência Social e Educacional (FASE), tendo como finalidade de

levantar, pesquisar, e difundir técnicas que se adaptassem à pequena propriedade; prestar um serviço de assessoria na área tecnológica às organizações e movimentos ligados à pequena propriedade e treinar e capacitar técnicos e produtores (REIS, 2007, p. 485 apud CRAB, 1986, p.8).

No período seguinte a atuação dos setores progressistas, os sindicatos assumem a função de orientar o povo. Baseado em relatos de entrevistas, pode-se notar a influência que este segmento tinha frente aos agricultores. O sindicato dos trabalhadores rurais de Erechim é destacado por sua atuação em toda região, ao contrário do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Viadutos, que segundo Babinski⁵ e Hoinoski (2019) defendia os interesses da ELETROSUL, sendo a favor da construção da hidrelétrica:

É nos dependia daquele, seria mais assim no caso de sindicato, aquele de Viadutos dividiu-se pra dois, tinha os contra e os a favor. E os que tava mais a favor eram os da alta sabe, e nós como era mais do interior aqui nos ficamos com o pequeno né, que puxava mais a linha do agricultor. Então na verdade o sindicato dividiu-se pra dois, tinha os contra e os a favor. (BABINSKI, E; HOINOSKI, I, 2019).

Partindo para a atuação dos professores da Fundação do Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior (FAPES)⁶, eles eram responsáveis por transmitir ao movimento uma

⁵ Estanislau Babinski, tem 59 anos e é agricultor aposentado. Atualmente reside no meio urbano.

⁶ A Fundação do Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior (FAPES) tornou-se a atual Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

contextualização do cenário político, econômico do país. Além de tornar os escritos da ELETROSUL para os atingidos uma linguagem mais clara.

Pro início da organização aqui foi passado um filme no colégio das irmãs e se reuniu muita gente, através do sindicato, das igrejas, foi mostrado o projeto pro povo, e que o povo tinha que estar organizado pra essas finalidades. Erechim ficou o ponto de referência, Nédio Piran, Cassol [professores da FAPES], tinha o Padre Luís também. Quando se fazia reunião de lideranças, algum texto que a ELETROSUL escrevia pro movimento na gramática, nas coisas, então eles vinham transmiti pra nos e resumi numa linguagem mais simples pra nos entende. Então isso eu gravei na mente, de que eles pra dificulta o entendimento dos agricultor botavam tudo [gramática]. Daí o Nédio Piran, o próprio Luiz Dalla Costa, coisa assim, que passavam pra nos na simplicidade. (BABINSKI, E; HOINOSKI, I, 2019).

Juntamente com os mediadores e suas respectivas funções acima descritas, os atingidos pela UHE Machadinho do distrito de Carlos Gomes elaboraram um Livro Ata contendo todas as ações do então movimento, intitulado “Comissão Municipal de Atingidos por Barragem do Município de Viadutos-RS”, o livro registra formas de resistência que serão trabalhadas especificamente na seção a seguir.

4.2 MOBILIZAÇÕES: “ARRANCANDO OS MARCOS”

“Começamos se organiza de outra forma, pra permanece” (HOINOSKI, 2018). Essa citação é originária do depoimento oral de um dos entrevistados acerca do movimento social que ocorreu no distrito de Carlos Gomes, RS. A partir dela é possível compreender o objetivo dessa seção para que em seguida se possa analisar as formas de resistência empregadas pela “Comissão Municipal de Atingidos por Barragens do Município de Viadutos”.

A população organizada em torno desta comissão era composta pelos já citados mediadores e principalmente pelos atingidos, definição que se torna um atributo de conflito. A discussão sobre a concepção do termo atingido é divergente, de acordo com Benincá (2011, p. 97) “o adjetivo atingido encerra uma significação larga que pode, a rigor, abranger modos positivos e negativos” e continua afirmando que “o adjetivo ‘atingido’ pode ser transformado em verbo ‘atingir’ por esses indivíduos quando abandonam sua situação passiva e avançam na condição de sujeitos da história”, como por exemplo, a definição de atingido pelos agricultores familiares e o da empresa responsável pela construção de uma hidrelétrica.

O termo atingido utilizado no trabalho refere-se à camada da sociedade inferiorizada, como agricultores familiares, arrendatários, ribeirinhos, populações urbanas que viram-se em

situação de risco com a construção de empreendimentos hídricos. A partir do estudo destes segmentos marginalizados pela sociedade é possível dar voz a estas populações, a história assim descrita é denominada como a história “Vista de Baixo” (BURKE, 1992). Organizados em prol de uma causa e com um conjunto de ações, como dito na seção anterior, constitui-se um movimento social, compondo assim uma identidade coletiva. A identidade coletiva em questão surge quando um núcleo populacional tem as mesmas reivindicações, o que pode ser delineado mediante análise do livro *Ata* instituído pelo grupo. Um documento que tinha como objetivo escolher líderes para o movimento, além de descrever toda atuação do grupo, como pode ser observado durante relato do entrevistado.

Quando foi lançado esse livro, a nossa intenção era escolher as pessoas pra negociar com a ELETROSUL, daí o que nós decidimos, nós tínhamos que ter as ata, que a central que seria a CRAB na época, eles faziam as reunião e mostravam no jornal, na imprensa, daí nós pra ter o registro, pra lembrar do que se passou então a gente se reuniu esse grupo, aconteceu isso, sabendo que nós registrava o que não era comprometido [comprometedor] (HOINOSKI, 2018).

A constituição do livro *Ata* remonta efetivamente para o ano de 1982, apontado pelo ex-coordenador entrevistado, como o ano de início do movimento social. Segundo Hoinoski (2018), a comissão e o livro *Ata* surgiram concomitantemente.

Ata nº 1/1982

Ata das reivindicações do Povo de Carlos Gomes, que serão atingidos pela barragem de Machadinho.

Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e dois reuniram-se os membros da comissão de barragens de Carlos Gomes, no clube social, juntamente com os moradores da localidade, com o objetivo de debater e elaborar as reivindicações dos moradores atingidos pela barragem de Machadinho: 1º- O povo que será atingido optou terra por terra, e o reassentamento da zona urbana do distrito de Carlos Gomes, juntamente com a área rural, nos três estados do sul. Tendo em vista que a maioria dos moradores vivem na zona urbana e possuem terras na zona rural. Sendo que o arrendatário tivesse o mesmo reassentamento, podendo pagar a propriedade em 10 (dez) ou onze, digo 15 anos. 2º- Solicitar a ELETROSUL para indicar os locais de reassentamento, para que a comissão e todos os atingidos possam fazer uma observação e análise prévia do local do reassentamento. 3º- Reassentamento ou indenização antecipada até 1984. 4º- Indenização de estradas e margens dos rios. 5º- Terras e propriedades com toda infraestrutura (estradas, luz e água). 6º- Construção de escolas, Igreja, clubes, praça, posto de saúde, etc. 7º- Indenização das benfeitorias, com bases nos preços do dia na construção civil. 8º- Ligação de estradas com o município e com toda infraestrutura nas propriedades do povo não atingido pelas águas da barragem e que permanecem no local. 9º- Pagamento de todo transporte de tudo o que for necessário, como, animais, aparelhos e instrumentos domésticos, etc. Esta reunião teve a participação de mais de 110 (cento e dez pessoas) e terão a sua assinatura em folha anexa. Não havendo nada mais a ser tratado encerro a presente ata.

Carlos Gomes, 05 de maio de 1982 (COMISSÃO MUNICIPAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO MUNICÍPIO DE VIADUTOS, 1982, p.1).

De acordo com o conteúdo descrito na Ata nº1/1982 pode-se perceber que inicialmente os integrantes da Comissão não eram contrários à construção do empreendimento hidrelétrico, e sim almejavam por condições de reassentamento que atendessem a todos os envolvidos, vindo a tornarem-se contrários no período posterior quando constataram que a ELETROSUL não tinha real intenção de apresentar um plano de reassentamento.

Ata nº 3

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de 1985, reuniram-se no Clube Social de Carlos Gomes às 20 horas, os representantes da ELETROSUL, o prefeito de Viadutos, os membros da Comissão dos Atingidos por Barragem, juntamente com a comunidade, para tratar da localização da obra, prazo, reassentamento e indenização para as famílias a serem atingidas e prejudicadas com a construção da barragem de Machadinho.

O início da reunião foi de explicações por parte do engenheiro, falando sobre a necessidade da obra. A seguir outro membro da ELETROSUL usou da palavra contando tudo sobre a avaliação das terras, prazo e condições oferecidas.

A partir do momento em que as promessas foram tantas a comunidade desconfiou, e, iniciou-se um debate. A medida em que as respostas oferecidas ao povo não convencia, a reunião começou a esboçar o seu fracasso, aliás foi um fracasso total.

Diante de tamanhas promessas o povo de Carlos Gomes se posicionou contra a barragem.

Outrossim, ficou decidido o posicionamento da população: Somos contra a construção da barragem. Não queremos nada da ELETROSUL. Queremos isso sim é ficar em nossas terras que são as mais produtivas do Brasil.

Não tendo mais nada a acrescentar encerro a presente ata.

Carlos Gomes, 24/jan/1985 (COMISSÃO MUNICIPAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO MUNICÍPIO DE VIADUTOS, 1985, p.3).

Desta forma, visando resistir à pressão que a ELETROSUL e demais segmentos da sociedade impunham aos atingidos, diversas formas de reação foram encontradas, dentre as quais se destaca, o foguete, a série de encontros a fim de decidir as ações do grupo, o processo de arrancar os marcos das áreas já demarcadas para serem alagadas.

Os registros de resistência à construção da obra podem ser encontrados no livro Ata da Comissão Municipal de Atingidos por Barragens do Município de Viadutos e nos depoimentos oral de atingidos. No livro Ata estão descritos os encontros e decisões da comissão, conhecida como CRAB⁷, todavia, segundo Hoinoski (2018) quando os encontros não eram combinados na reunião anterior e surgia uma pauta importante, no horário do meio dia era estourado um foguete, representando o aviso que a noite às 19 horas deveriam reunir-se. Este ato simbólico realizava-se, pois trata-se de um período que não havia meios de comunicação como hoje. Esta ação que sinalizava a reunião não se encontra no livro Ata,

⁷ O termo CRAB é derivado de “Comissão Municipal de Atingidos por Barragens do Município de Viadutos”.

porque, de acordo com o entrevistado, certas ações não poderiam ser divulgadas, pois eram perseguidos pela polícia, considerados como agitadores do povo.

Diversas ações foram desenvolvidas por toda região do Alto Uruguai; os encontros com lideranças comunitárias em Erechim, sede de todos os manifestos, além da participação em eventos em outras cidades, como por exemplo, em Itá, Santa Catarina além de receber lideranças externas nas reuniões da CRAB em Carlos Gomes. As decisões tomadas no seio da CRAB em Carlos Gomes refletiam em outras localidades, inclusive.

Ata nº 4

Aos seis dias do mês de fevereiro de 1985, às 18:00 horas no salão da Escola Estadual de Carlos Gomes, reuniram-se os membros da Comissão dos Atingidos por Barragens, em especial a barragem de Machadinho, juntamente com o professor Raimundo Pedrosa, os representantes e candidatos as próximas eleições para a direção do Sindicato de Erechim, e ainda o secretário do Sindicato de Aratiba para tratar o que segue:

O professor Raimundo Pedrosa iniciou a reunião explicando a repercussão da reunião efetuada no dia 17 de janeiro de 1985 no Clube Social da nossa comunidade com os representantes da ELETROSUL.

Explicou-nos que a presença do vereador Cláudio Grasler de Erechim, na reunião tinha uma finalidade específica. Acontece que o ilustre vereador é representante da construtora Andrade e Gutierrez, construtora esta que é dona das terras em Tucumã no Pará. Assim sendo se o debate fosse favorável a ELETROSUL, o referido cidadão trataria de negociar as terras que representa.

Ficou esclarecido que a construtora Andrade e Gutierrez é uma empresa poderosa, construindo inclusive obras no exterior. Além do serviço de engenharia que presta, é especialista em barragens, em hidrelétricas e em reservatórios de água.

Esta construtora além de negociar suas terras, ainda ficaria a despor da ELETROSUL para construir a barragem de Machadinho, claro portando nos parece a presença do Sr. Cláudio.

O professor Pedrosa falou também para não aceitarmos dialogar com a direção da ELETROSUL em Florianópolis. Diálogo, somente em Carlos Gomes.

Na reunião foi apresentada a camiseta com os dizeres “Não queremos Barragens”. Foram encomendadas 300 camisetas, que servirão para vestir na Romaria da Terra em Tenente Portela.

Ao finalizar explicou-nos ainda a possibilidade de modificar o cronograma da barragem, desviando o curso dos rios evitando assim sermos atingidos.

A reunião encerrou-se as 19:30 horas.

Não tendo mais nada a acrescentar encerro a presente ata (COMISSÃO MUNICIPAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO MUNICÍPIO DE VIADUTOS, 1985, p.4).

Ao finalizar explicou-nos ainda a possibilidade de modificar o cronograma da barragem, desviando o curso dos rios evitando assim sermos atingidos.

A reunião encerrou-se as 19:30 horas.

Não tendo mais nada a acrescentar encerro a presente ata (COMISSÃO MUNICIPAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO MUNICÍPIO DE VIADUTOS, 1985, p.4).

As reuniões realizadas, por si só, constituem uma método de enfrentamento. Entretanto, somente efetuá-las não bastava. Uma estratégia adotada pelos membros da CRAB foi o empréstimo das terras dos senhores Romualdo Biesek e Artemio Stempkoski, para transformar em roça comunitária, onde seria cultivado milho e feijão, onde a semente é fruto

de doação. Este terreno comunitário funcionaria no sistema de mutirão, onde cada atingido tinha um dia escalado para trabalhar e caso não fosse possível, arcava com uma multa de 10.000 cruzeiros, e o lucro da plantação era destinado às despesas da comissão. Além de que, segundo um entrevistado, quando a ELETROSUL chegasse ao canteiro de obras e se deparasse com aquele lote, haveria de indenizar todas as propriedades do distrito urbano de Carlos Gomes antes de iniciar a edificação. Outra prática comum da CRAB era arrancar os marcos das áreas já demarcadas para ser inundadas pela ELETROSUL. Perante decisão favorável dos atingidos no ano de 1985, quando cerca de trinta e dois agricultores montaram acampamento em Brasília, buscando conseguir uma audiência com o ministro de Minas e Energia, com o objetivo de cancelar a obra, assunto que será visto mais detalhadamente na seção seguinte.

O resultado dessa atividade acarretou em desdobramentos no distrito de Carlos Gomes. Agora, a ELETROSUL podia trabalhar na área somente com anuência da CRAB. Em vista disso, o livro Ata remete a expulsão de técnicos da empresa que trabalhavam na área com permissão do prefeito de Viadutos.

Ata nº25

Aos vinte e oito dias do mês de julho de mil novecentos e oitenta e seis, as oito horas e trinta minutos, no salão da Escola Estadual de 1º grau de Carlos Gomes, realizou-se uma reunião extraordinária da Comissão, alguns membros da comunidade e um representante da Região e 1 de Erechim. Principais assuntos a serem abordados: 1º O acontecimento do dia de hoje. 2º A reunião da ELETROSUL em Marcelino Ramos. 3º recolheram seus materiais e fugiram. A reunião em Marcelino Ramos foi só interesse econômico. Desinteresse total por parte da ELETROSUL para com os atingidos. O maior problema era em construir as casas para os funcionários. Queriam formar uma comissão de vereadores. Demonstraram grande interesse por Carlos Gomes. Prefeito e sindicato de Viadutos ofereceram salas para a ELETROSUL negociar com os atingidos. O companheiro Luiz nos explicou sobre a ida da comissão escolhida pelo Ministro de Minas dia 5 de agosto a Florianópolis. Combinamos como nos organizar e conscientizar os atingidos da importância da reunião ou mais dita Assembleia a realizar-se em Getúlio Vargas dia 15 de agosto, onde se fará presente o Presidente da ELETROSUL. Decidimos não mais deixar a ELETROSUL penetrar em nossa comunidade ate obtermos uma resposta da presidente da ELETROSUL sobre nossas propostas. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente. Carlos Gomes, 28 de julho de 1986 (COMISSÃO MUNICIPAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO MUNICÍPIO DE VIADUTOS, 1986, p.23).

A ELETROSUL, agora proibida de realizar trabalhos na área, tinha demarcado algumas propriedades com autorização dos proprietários, pois, como já descrito anteriormente havia agricultores em favor da construção da UHE. Desta maneira, os atingidos que constituíam a CRAB realizavam a retirada destes marcos, uma vez que a empresa deveria

indenizar todos os possíveis atingidos, e não somente alguns como estava fazendo. De acordo com um entrevistado, a estratégia era impossibilitar a visão do local demarcado por satélite.

Mesmo proibida de continuar trabalhando na região a ELETROSUL prosseguiu, resultando em diversos confrontos. Porém, esta vitória parcial da CRAB foi uma referência para demais movimentos sociais que começavam a emergir no período. Contudo, a conquista da comissão necessita ser estudada com fôlego maior na seção a seguir.

4.3 CANCELAMENTO DA USINA HIDRELÉTRICA MACHADINHO

A Usina Hidrelétrica de Machadinho, como visto anteriormente, foi inaugurada em 2002, no rio Pelotas⁸, principal afluente do Rio Uruguai. Entretanto, o projeto de construção da hidrelétrica remonta para o período anterior, quando do estudo do inventário hidrelétrico realizado pelo Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul e publicado pela ELETROSUL no ano de 1979, prevendo a instalação de 25 usinas hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai (destas, três são no limite com Argentina).

A região do Alto Uruguai é berço das duas primeiras usinas hidrelétricas que estavam previstas no projeto. Ambas, inicialmente seriam construídas simultaneamente, porém, a UHE Machadinho teve seu projeto alterado devido a crescente dos movimentos sociais que desembocaram na região, alterando o foco da ELETROSUL para a construção da Usina Hidrelétrica de Itá. Como mencionado na seção anterior, o resultado do movimento social desenvolvido pela CRAB, mais especificamente da Comissão Municipal de Atingidos por Barragens do Município de Viadutos, Rio Grande do Sul foi o cancelamento parcial da UHE, e após a mudança do projeto para que a água não atingisse o distrito de Carlos Gomes.

A CRAB do município de Viadutos organizada no ano de 1982 tinha como objetivo representar os direitos dos atingidos do distrito de Carlos Gomes, RS, Mesmo que para isso fosse necessário enfrentar lideranças municipais e até nacionais, como o então ministro de Minas e Energia do período. Organizados em prol de uma causa e com incentivo de mediadores e atingidos de toda região, um grupo de 32 agricultores em 1985 reivindicaram uma audiência com o então ministro. Todavia, em virtude da negativa da solicitação, a alternativa encontrada foi “montar” acampamento em frente à sede em Brasília.

Ata nº 11

Ao um dia do mês de setembro de 1985, nas dependências do salão, digo, de uma sala de aula da Escola Estadual de Carlos Gomes, reuniu-se os principais membros da comissão de Atingidos por Barragens e algumas pessoas convidadas, cujas assinaturas seguem [...]. Reunimos-nos para um rápido esclarecimento sobre o ocorrido da ida a Brasília em que esteve o agricultor Izidoro Hoinoski juntamente com os demais agricultores. Ao chegar lá acamparam-se na CONTAS, explicaram o porque da chegada deles ai e os mesmos deram todo apoio ajudando a marcar várias audiências com os seguintes parlamentares [...]. Além de todos esses, a audiência mais importante foi com o Ministro de Minas e Energia Aurelhano Chaves, onde os agricultores tiveram oportunidade de expor suas reivindicações e alternativas isso se um dia tivermos falta de energia. Ele ouviu nossos companheiros e assinou-nos o

⁸ O Rio Uruguai forma-se pela junção dos rios Canoas e Pelotas na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sua nascente é o rio Pelotas e a foz é no rio da Prata que serve de fronteira entre Brasil e Argentina e entre Argentina e Uruguai.

documento onde os itens principais são: a suspensão imediata dos trabalhos na região do Alto Uruguai, a retirada dos técnicos e funcionários da ELETROSUL. Comentamos a manifestação contra as barragens realizada dia 25 de agosto na capela Imaculada de Vila Áurea. Avaliamos os últimos acontecimentos que estão ocorrendo a partir do dia 19 de agosto. Os funcionários da ELETROSUL desceram ai fazer um levantamento dos bens de [um vereador que era atingido e a favor da construção da UHE] quando os vimos comunicamo-nos uns aos outros e nos reunimos aproximadamente setenta pessoas, chegando junto a eles pedimos para que se retirassem dali de nossas terras, quer dizer, terras de nossa comunidade. Eles nos responderam que estavam ai demarcando as terras (vereador dessa comunidade pelo PDS e o mais votado) a pedido do Sr. Prefeito de Viadutos e da câmara de vereadores, fato esse que foi negado pelo nosso prefeito, e nos dias seguintes declarou que a prefeitura juntamente com a câmara estavam de acordo com a demarcação das terras. Em resumo ainda estamos em conflitos: os contra as barragens e os favoráveis as barragens, em debate nos igualamos, estamos somente inferiores no sentido das divulgações cujas imprensas estão se recusando em nos dar espaço como aos favoráveis às barragens, eles conseguem com maior facilidade e enquanto nós temos que pagar um preço bem alto e quando conseguimos espaço lamentamos muito esse fato [...] Não havendo mais nada a declarar encerro a presente ata (COMISSÃO MUNICIPAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO MUNICÍPIO DE VIADUTOS, 1985, p. 11-12).

O cancelamento da construção da UHE Machadinho mesmo que temporário demonstra o poder de articulação da comunidade frente a outros segmentos, por exemplo, o sindicato dos trabalhadores rurais de Viadutos, prefeito e vereadores locais. Apesar das ações desenvolvidas pela CRAB terem resultado em favor das reivindicações locais, o grupo não deixou de organizar-se e continuar com o movimento social. Os anos que se seguiram a ida a Brasília foram de resistência contra técnicos da ELETROSUL e lideranças locais que buscavam driblar a decisão obtida pelo então ministro.

Ata nº 12

Aos treze dias do mês de setembro de 1985 nas dependências do salão da Escola Estadual de Carlos Gomes com a presença das seguintes pessoas [...]. Foi realizada uma reunião com uns membros da comissão dos atingidos com as barragens, juntamente com mais dois visitantes: um representante da secretaria da Comissão Regional de Erechim- Luiz Dalla Costa e um representante do município de Maximiliano de Almeida- José Sozo. A reunião tratou dos seguintes pontos: 1º Reavaliação, 2º Estratégia. Dentre as reavaliações foram analisadas a organização e conscientização do povo a partir de palestras, apresentações de slides e panfletos nas linhas das regiões atingidas. Estas palestras se farão acompanhar do padre vigário em todas as capelas, e sempre com dois ou três companheiros para as explanações. Outro ponto abordado foi sobre a ida a Brasília e seus resultados positivos, ou seja, a suspensão das obras da Bacia do Rio Uruguai e a autonomia para os colonos fiscalizarem os trabalhos realizados pela ELETROSUL. Os colonos estão se articulando e tomando decisão de frente contra as barragens e para isso já temos uma agenda de concentração, palestras e protestos programados até o final do ano. Houve ainda da parte do Sr. Sozo, que falou da participação e colaboração da Igreja Evangélica e Luterana bem como o apoio da Igreja Católica em favor da luta contra barragens e dos Sem Terra. Outro ponto discutido foi para conquistar os Sindicatos e Prefeitos, para conquistar, digo para pedir e conseguir espaço nas rádios na hora dos programas. Ficou combinado de mandarmos convites para a janta do dia 27 deste mês para o presidente do Sindicato, Prefeito Municipal. Foi formulado convite para todos participarem da concentração em Charrua- Tapejara RS no dia 12 de outubro- Dia da Padroeira do Brasil. Não tendo mais nada a acrescentar encerro a presente ata

(COMISSÃO MUNICIPAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO MUNICÍPIO DE VIADUTOS, 1985, p.12-13).

A partir do resultado obtido frente ao ministro de Minas e Energia Antônio Aureliano Chaves de Mendonça e com o cancelamento temporário dos trabalhos da empresa ELETROSUL, os agricultores tinham um motivo de comemoração. Para demonstrar o poder de articulação que eram capazes de promover, quando se aproximou da data do I ano de aniversário do cancelamento das Usinas Hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai, a comissão que formava a CRAB organizou uma festa, como pode ser observado na ata nº 2/89.

Ata nº 2/89

Aos dezessete dias do mês de julho de mil novecentos e oitenta e nove (17/07/89), as quatorze e trinta horas (14:30 hs), no clube Viadutense da cidade de Viadutos, realizou-se uma reunião da comissão municipal dos atingidos por barragens deste município. A pauta da reunião foi: informações e preparação do I aniversário de luta pelo cancelamento definitivo da barragem de Machadinho. Após apresentação dos companheiros reunidos, foi relatado e discutida a proposta de programação para o evento [...]. Após foi discutido a estruturação da festa ficando definidas comissões responsáveis pela organização [...]. Ainda foi aprovado a elaboração de uma proposta a ser apresentada com abaixo-assinado objetivando constar na lei orgânica do município, a ser elaborada uma moção contra a construção das barragens. Ficando também definido próxima reunião dia 25/07/89 em Carlos Gomes no salão do colégio. Não tendo mais nada a tratar encerro a reunião que foi presidida por Alberto Cervinski e secretariado por mim Wilson João Zonin (COMISSÃO MUNICIPAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO MUNICÍPIO DE VIADUTOS, 1989, p.27-28).

Para a organização da festa comissões foram montadas, a fim de dividir os responsáveis pela carne, bebida e lenha. De acordo com Hoinoski (2018) a madeira usada para o churrasco foram os marcos da ELETROSUL, o que pode ser descrito como um ato público de acordo com o entrevistado. No ano seguinte, os atingidos também puderam “comemorar” o segundo ano de cancelamento da obra, no entanto mantiveram-se preocupados, se a decisão era mesmo definitiva. Observando e refletindo sobre os processos de indenização e reassentamento que começaram a ocorrer na hidrelétrica de Itá, os atingidos de Carlos Gomes estavam apreensivos com o cenário de privatização que assombrava a ELETROSUL, pois as negociações passariam da esfera federal para uma empresa particular.

Tendo em vista a eleição de Fernando Collor de Mello e a instauração do neoliberalismo e do Plano Nacional de Desestatização (PND), segundo Rocha (2012, p. 80) o Brasil foi o país que mais privatizou no mundo entre 1990 e 2002, onde o setor da hidroeletricidade foi o mais atingido. Neste cenário de privatização o medo dos atingidos que formavam a CRAB se concretizou, a ELETROSUL até então responsável pelos trabalhos na bacia do rio Uruguai foi dividida em duas partes, a ELETROSUL parte correspondente à união encarregada pela transmissão e a GERASUL intendente pela geração.

Assim, a Usina Hidrelétrica Machadinho localizada no rio Pelotas passou a ser construída no ano de 1998 e no período de 17 meses foi concluída. Para a implantação da mesma, os integrantes do Consórcio Machadinho criaram uma empresa de caráter próprio, a Machadinho Energética S.A (Maesa) em 1999 com o objetivo de obter empréstimos para a realização da obra, sendo extinta em 2013 quando os financiamentos foram quitados. A barragem da UHE foi inaugurada em fevereiro de 2002 e com capacidade de 1.140 MW de potência, tem 700 metros de comprimento e 126 metros de altura e o lago percorre uma extensão de 65 km².

Apesar da luta dos Atingidos por Barragens da região do Alto Uruguai e principalmente da CRAB - Viadutos em cancelar a construção do empreendimento hídrico, como pode-se observar, a mesma foi fundada, com alguns anos de atraso. Porém, esse movimento social foi de extrema importância para emergência de outros pelo Brasil, mas principalmente numa edificação sólida, mais tarde denominada como Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em escala nacional, fundado oficialmente no ano de 1991 em Brasília no Primeiro Congresso Nacional de Atingidos por Barragens.

O Movimento dos Atingidos por Barragens tal como é conhecido hoje foi fundado recentemente, em 1991 durante o Primeiro Congresso Nacional de Atingidos por Barragens. Anterior à criação oficial, houveram diversas ações que podem ser consideradas pioneiras no setor. Na região do Alto Uruguai com o estudo do inventário hidrelétrico realizado em 1979, pelo Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul e publicado pela ELETROSUL, os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá e da Usina Hidrelétrica Machadinho organizaram reivindicações de indenizações e reassentamentos. No período posterior, haja vista que a ELETROSUL alegava não dispor de recursos para tal acordo, optaram pela defesa da permanência na terra.

A comunidade do distrito de Carlos Gomes, ênfase do estudo de caso, foi uma pioneira no quesito organização de um movimento social. O distrito é localizado no interior do estado do Rio Grande do Sul, a leste do Alto Uruguai ocupando uma área de 83. 155 km² e sua população é composta majoritariamente por descendes de migrantes poloneses. Este local originou uma Comissão Municipal dos Atingidos por Barragens do município de Viadutos (CRAB).

A CRAB juntamente com dirigentes da região, como professores da FAPES, igrejas católica e luterana e líderes sindicais que compõem uma categoria denominada mediadores buscavam intermediar as relações de um movimento social e assim procurar estratégias de resistir à atuação da ELETROSUL. Esses mecanismos eram adotados pelos possíveis atingidos depois de reuniões locais realizadas no próprio distrito, ou em Erechim. A intenção era inicialmente conscientizar o povo a fim de se manter unido; posteriormente a assembleia realizada com o ministro de Minas e Energia e com a permissão da autoridade para que a CRAB realizasse vigilância, os mesmos puderam expulsar técnicos destinados à demarcação das áreas a serem inundadas, além da retirada dos marcos já instalados. Outra técnica utilizada pela comissão foi o cultivo de uma roça comunitária, onde todos deveriam participar, caso não fosse possível, havia a cobrança de uma taxa como multa de 10.000 cruzeiros.

A conquista do cancelamento da construção da UHE, mesmo que temporário, foi um estímulo à comemoração, sendo possível efetuar-la no I aniversário de cancelamento, resultando em uma festa; porém no II aniversário, os atingidos estavam receosos com o futuro, porque havia risco da ELETROSUL ser privatizada observando o cenário que se desenhava no país. Apesar de temporária essa conquista demonstrou a outras instituições o poder do movimento social, de entidades como a CRAB que se tornaram o embrião do MAB.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de delinear os pontos cruciais do desenvolvimento da pesquisa, é imprescindível que se destaque algumas reflexões acerca do cenário político, econômico e social que se encontrava no Brasil, entre os anos anteriores a emergência do MAB e demais movimentos sociais que afloraram no país no período de enfraquecimento da ditadura militar.

O regime militar se fez presente no país durante mais de 20 anos, de 1964 a 1985, e caracterizou-se por sua repressão, perseguição aos considerados agitadores da ordem, todavia, o trabalho de governantes do regime foi decisivo para a economia, um processo que teve início após a Segunda Guerra Mundial, intitulada como a fase de produção de bens de consumo duráveis, segundo Brum (2005, p.216), esta nova fase industrial exigiu melhores condições para operar, como, mão de obra especializada, tecnologia, energia.

Durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), com a intenção de implantar um projeto que recuperasse a economia, estabeleceu-se a terceira fase do processo de substituição de importações. É neste momento em que um projeto de recuperação da economia, denominado como o plano de metas de JK “Cinquenta anos em cinco” é criado, distribuído em cinco grupos, e a construção de Brasília. As metas com maior investimento foram destinadas a energia (43,4%) e aos transportes (29,6%). De acordo com Brum (2005, p. 241) o plano de metas apresentou resultados significativos para a economia, o produto interno bruto (PIB) cresceu cerca 8,1%, desenvolvendo a indústria automobilística, siderurgia, energia elétrica, produção de petróleo, estradas de ferro, a indústria em si ampliou-se 80%. Porém a “recuperação” do Brasil foi por curto período de tempo, após o governo de JK anunciou-se no país um golpe. O resultado das eleições direcionava para o governo de Jânio Quadros e João Goulart, no entanto após sete meses o presidente renunciou, assumindo assim o vice-presidente que enfrentou uma instabilidade.

No ano 1967 há um novo plano para restaurar a economia brasileira, agora no governo de Costa e Silva, conhecido como o período do Milagre Econômico (1968-1973), nominado desta forma pela extraordinária recuperação. Brum (2005, p. 322) apresenta que

a economia do país, favorecida por vários fatores e circunstâncias, teve um crescimento acelerado, com taxas médias anuais superiores a 10%, enquanto a inflação apresentava índices relativamente baixos, com média anual de 20%.

Já na gestão de Ernesto Geisel em 1974 instaurou-se uma crise mundial de petróleo. A produção brasileira dependia exclusivamente de recursos da importação, e com aumento

exorbitante do petróleo e seus derivados, como o carvão, foi necessário que se encontrasse outros recursos que suprissem a demanda, vindo na construção de hidrelétricas uma alternativa.

Segundo Rocha (2014), as Usinas hidrelétricas passaram a ser construídas a partir de 1759, com o norte-americano Daniel Joncairs que aproveitou a energia do rio para alimentar um moinho; já no Brasil a primeira instalada foi a Usina Hidrelétrica Ribeirão do Inferno no afluente do rio Jequitinhonha em Diamantina, Minas Gerais no ano de 1883. Atualmente no país tem-se aproximadamente 7.428 empreendimentos em operação, respondendo a 163.843.441 *quilowatt* de potência instalada, contando também com outras matrizes energéticas, segundo dados do BIG-ANEEL (2019) como a energia solar, undi-elétrica, nuclear, fóssil e eólica.

Com a mudança da política governamental, para o incentivo às pesquisas no petróleo e construção de novas hidrelétricas difundiu-se o II Plano de Desenvolvimento (PND). Na região do Alto Uruguai, os reflexos dessa política puderam ser sentidos, quando em 1979 realizou-se o estudo do inventário hidrelétrico realizado pelo Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul e publicado pela ELETROSUL, neste projeto estavam previstas 25 usinas hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai, sendo três na divisa com a Argentina e entre Argentina e Uruguai. No estudo, a região que compõem o Alto Uruguai seria berço da Usina Hidrelétrica de Itá e da Usina Hidrelétrica Machadinho.

Esta região denominada Alto Uruguai do Rio Grande do Sul é localizada ao sul do Brasil, banhada pelas águas do rio Uruguai, afluente responsável por abranger territórios nacionais e internacionais, como, Argentina e Uruguai. De acordo com Rocha (2012), o rio se origina na convergência do rio Pelotas e Canoas seguindo a direção leste/oeste na fronteira entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O Alto Uruguai é constituído atualmente por 32 municípios colonizados por descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, além dos negros e nativos que já povoavam o local antes da chegada dos migrantes, e tem sua economia baseada na agricultura e um relevo acidentado, propício para abrigar hidrelétricas.

A Usina Hidrelétrica de Itá atingiu território de onze municípios, localizada na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Seu potencial de geração de energia chegaria a 1450 MW inundando uma área de aproximadamente 141 km² e 4.000 famílias, inaugurada em outubro de 2000. Enquanto que a Usina Hidrelétrica Machadinho, segundo dados do consórcio Machadinho (2019), foi inaugurada somente em fevereiro de 2002, com capacidade de 1.140 MW ao ano, atingindo 56,7 KM² de área entre os municípios de Maximiliano de

Almeida, Piratuba, Capinzal, Zortéa, Celso Ramos, Campos Novos, Anita Garibaldi em Santa Catarina e as cidades de Machadinho, Barracão e Pinhal da Serra no Rio Grande do Sul.

A construção dos empreendimentos hídricos na região do Alto Uruguai, contudo não ocorreu de forma pacífica. A população tida como atingida eram ribeirinhos, trabalhadores rurais, arrendatários, agricultores familiares, no geral, pessoas com poucas posses, diferentemente do agricultor forte, como afirma Rocha (2012, p. 94) como sendo o agricultor que possuía em torno de 25 hectares ou mais, assim podendo sanar as necessidades da propriedade, enquanto que o agricultor fraco apresenta no máximo 10 hectares, distribuídos em categorias como agregados, operários e arrendatários.

Estes atingidos quando receberam a notícia da implementação da UHE em suas terras buscaram negociar com a empresa responsável pela execução da obra, a ELETROSUL, reassentamento e indenização justas e condições de sobrevivência a quem continuasse no local, como estradas, etc., inspirados nas lutas de outras comunidades atingidas pela construção de hidrelétricas, como a Usina Hidrelétrica de Passo Real no salto do Jacuí no estado do Rio Grande do Sul, Usina Hidrelétrica Salto Osório e a Usina Hidrelétrica Salto Santiago no Rio Iguaçu no estado do Paraná. Destas obras surgiram os reassentamentos, que tinham como objetivo reabrigar estas populações, entretanto a condição do reassentamento não ocorreu de forma igualitária. Os desabrigados foram então “batizados” de os “afogados do Passo Real” e juntamente com o movimento dos Sem Terra-MASTER ocuparam áreas da fazenda Annoni. Estas lutas são consideradas por Rocha (2019) como o embrião dos movimentos sociais no Brasil. De acordo com Tarrow (2009), essas lutas só foram possíveis, graças a uma ruptura na estrutura do governo determinada pelo conceito de oportunização política, no caso brasileiro este processo ocorreu no período de enfraquecimento da ditadura, assim foi possível a emergência de movimentos sociais.

Em vista disso, os atingidos das UHE Itá e da UHE Machadinho desembocaram uma série de ações contrárias a instalações das usinas que pode ser considerado como um marco para a mobilização social no Brasil. Agricultores familiares de toda região do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense organizaram-se para alcançar o objetivo, que era reivindicar condições justas de reassentamento, tendo em vista o conhecimento do ocorrido nas hidrelétricas antes construídas.

Apesar da organização regional em prol dos atingidos e contra as barragens, um distrito teve fundamental relevância. Carlos Gomes, quando do período estudado era distrito do município de Viadutos, sendo emancipado somente em 20 de março de 1992. O município é localizado no interior do estado do Rio Grande do Sul, a leste do Alto Uruguai, com 620

metros de altitude e -51,91° de longitude oeste, ocupando uma área de 83.155 km² sendo cerca de 3 km² em perímetro urbano, e sua economia é basicamente agrícola.

O distrito de Carlos Gomes, quando da temporalidade estudada, caso fosse construída a usina tal como qual se encontrava no projeto teria sido submerso. Em virtude do provável alagamento, os atingidos da localidade fundaram uma comissão nominada, Comissão Municipal dos Atingidos por Barragens do Município de Viadutos (CRAB). A partir dela foi possível resistir frente à imposição da construtora.

É importante ressaltar que estas populações não constituíram um movimento social sozinha, a figura dos mediadores se faz presente, categoria formada pelas igrejas católica e luterana, sindicatos dos trabalhadores rurais e alguns professores da FAPES de Erechim (atual URI). A intenção desta categoria era intermediar as relações do movimento social, orientando os atingidos e assim procurar estratégias de resistir à atuação da ELETROSUL.

Iniciando pela atuação da igreja católica, pode-se observar o poder de influência que ela alcançou, utilizando-se das matrizes e capelas locais a participação da igreja no conjunto era formar lideranças locais, alicerçadas nos princípios da Teologia da Libertação. Segundo Moraes (1994, p. 83) a pauta chave está sob a ótica do pobre, e seu ponto principal é construir uma Sociedade Nova. A Igreja Católica instituiu diversos núcleos de formação, como, a Escola Diocesana de Servidores de Erechim (ESC), a Pastoral da Juventude, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além do marco decisivo para a comunidade do distrito de Carlos Gomes, a VI Romaria da Terra que ocorreu no dia 15 de fevereiro de 1983, onde o lema era “Águas para a vida, não para morte”. Outra liderança local era o sindicato dos trabalhadores rurais que de acordo com os depoimentos colhidos durante a pesquisa encontrava-se dividido, onde o apoio maior partia do sindicato de Erechim. Já em relação à atuação dos professores da Fundação do Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior (FAPES) a função deles era transmitir ao movimento uma contextualização do cenário político, econômico do país e tornar os escritos da ELETROSUL mais acessível para os atingidos.

Logo, a comunidade de Carlos Gomes desenvolveu um livro ata contendo todas as reuniões realizadas pelo grupo. No salão paroquial ou nas salas de aula da escola eram debatidas as demandas da equipe, estratégias de resistência. Como se trata do início da década de 1980, poucas famílias dispunham do recurso do telefone como meio de comunicação, assim, as reuniões eram marcadas sempre com antecedência, ou caso houvesse alguma emergência imprevista, um foguete estourado ao meio dia simbolizava o encontro à noite.

Uma estratégia utilizada pela comissão era o cultivo de uma roça comunitária, onde a terra era cedida pelos agricultores Romualdo Biesek e Artemio Stempkoski, cultivando-se

produtos como milho e feijão, a semente também era fruto de doação, a terra era cultivada por todos, caso não fosse possível, havia a cobrança de uma taxa como multa de 10.000 cruzeiros. A intenção da CRAB era impedir os trabalhos da ELETROSUL, pois quando chegasse ao canteiro de obras e tivesse pretensão de indenizar os proprietários, haveria de indenizar todos.

Observou-se no decorrer do trabalho que a intenção dos atingidos pela usina hidrelétrica de Machadinho não era impedir a construção da mesma, pelo contrário, era apenas garantir condições justas de indenização para poder estabelecer-se em outro local. No entanto, a ELETROSUL postergava a apresentação do projeto de reassentamento, vindo a declarar a impossibilidade de atender as exigências recebidas. Como resultado desta ação a CRAB organizou-se e buscou apoio em Brasília com o ministro de Minas e Energia do período, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça. Após ouvir o desabafo e as solicitações da comissão, este optou pelo cancelamento da usina, deixando a própria CRAB encarregada de supervisionar a atuação da ELETROSUL. Com o aval consentido do ministro, de volta a Carlos Gomes, os atingidos passaram a refletir sobre o poder de articulação do movimento social, passando a arrancar os marcos instalados pela ELETROSUL na área a ser alagada, mesmo que os mesmos se encontrassem em propriedades já indenizadas, além de fazer a expulsão dos técnicos da empresa que trabalhavam na área com autorização do prefeito municipal.

Mesmo que temporário, o cancelamento da obra foi comemorado com festa pelos atingidos, que utilizaram os marcos da construtora para assar a carne, realizando um ato simbólico. Já no II aniversário do cancelamento os atingidos estavam mais apreensivos, visto que a construção da UHE Itá estava ocorrendo e os processos indenizatórios não eram satisfatórios, além da apreensão da ELETROSUL ser privatizada, o que veio a acontecer depois da eleição de Fernando Collor de Mello, com abertura ao neoliberalismo e do Plano Nacional de Desestatização (PND). Desse modo a ELETROSUL responsável pelos trabalhos na bacia do rio Uruguai dividiu-se em duas partes, a ELETROSUL parte correspondente à união encarregada pela transmissão e a GERASUL intendente pela geração.

Por conseguinte, a Usina Hidrelétrica de Machadinho inaugurou-se em fevereiro de 2002. Mas, os trabalhos em defesa dos atingidos depreendidos pela CRAB não foram em vão. Apesar de acontecer à construção da usina, o projeto da mesma teve de ser alterado, impedindo que a água atingisse o território do atual município de Carlos Gomes, servindo de exemplo para outros diversos movimentos sociais que desembocaram no país, e inclusive pode ser considerado como o embrião do MAB que instituiu-se somente no ano de 1991 em Brasília no Primeiro Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, que mantém como o

lema o mesmo utilizado durante a VI Romaria da Terra em Carlos Gomes, “Águas para a vida, não para a morte”.

Figura 10: Lema do Movimento dos Atingidos por Barragens



Fonte: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AMADO, J.; MORAIS FERREIRA DE, M. **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro, 2006.
- BENINCÁ, D. **Severiano de Almeida e sua história**. Passo Fundo: Gráfica e Editora P. Berthier, 1990.
- _____. **Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BURKE, P. **A escrita da história**, novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- BRUM, J. A. **Desenvolvimento econômico Brasileiro**. 24ª ed. Ijuí: Vozes, 2005.
- CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. **Domínios da História**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- CHIAPARINI, E. et al. **Erechim, Retratos do Passado, Memórias do Presente**. Erechim: Editora Graffoluz, 2012.
- DICKEL, S. L. O Processo histórico de desapropriação da fazenda Annoni. In: **XVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 2015, Florianópolis.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HOLANDA; MEIHY. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2011.
- JASPER, J. M. **Protesto: Uma introdução aos movimentos sociais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.
- MIRANDA, E, M. Os arquivos e os ofícios do historiador. In: XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2012, Rio Grande. **Anais eletrônicos...** Rio Grande: FURG, 2012. Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1346099851_ARQUIVO_XI EncontroAnphuRegional_HistoriadoresnosArquivos_MarciaEckertMiranda.pdf>. Acesso em: 06 maio. 2018.
- MORAES, M. S. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político educativa dos mediadores. In: **No rastro da águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai (RS/SC) - 1978/1990**. Rio de Janeiro, 1996, p. 80-92.

NAVARRO, Z. **Política, protesto e cidadania no campo, as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 38ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
REIS, M. J. O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas. In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

ROCHA, H. J.; PASE, H.; LOCATELLI, C. (Orgs.). **Políticas públicas e hidrelétricas no sul do Brasil**. Pelotas: UFPEL, 2014.

ROCHA, H. J. **O barro da conquista: o lugar das barragens na luta pela terra na Fronteira sul do Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

_____. **Relações de poder na hidreletricidade: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai**. Campinas, 2012.

_____. Carta aos atingidos: as negociações na bacia do Rio Uruguai. In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 2009. **Anais eletrônicos...** UFPR 2009. Disponível em: <www.humanas.ufpr.br/evento/sociologiaPolítica>. Acesso em: 01 mai. 2019.

_____. Movimentos Sociais de luta pela terra na Fronteira Sul do Brasil. In: BADALOTTI, TONEZER, COMERLATTO (Org.). **Movimentos Sociais, Desenvolvimento Regional e Desafios Contemporâneos**. Chapecó: ARGOS, 2018. p. 41-65.

ROTHMAN, D, F. A Emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai. In: NAVARRO Z (org). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1996. p.106- 136.

SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TARROW, S. **O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEDESCO, Carlos João; CESCO Rodrigo Maicon. Usina Hidrelétrica Itá: O setor público, Privado e os Movimentos Sociais. In: ROCHA, PASE, LOCATELLI (Org). **Políticas públicas e hidrelétricas no sul do Brasil**. Pelotas: Editora UFPEL, 2014. p. 51-79.

VIANNA. A. **Etnia e Território: os poloneses de Carlos Gomes e a luta contra as barragens**. Rio de Janeiro: Cedi Centro Ecumênico de documentação e informação, 2009.

SITES CONSULTADOS

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/Combustivel.cfm>> Acesso em: 07 nov. 2018.

Associação dos municípios do Alto Uruguai. Disponível: <<https://amau.com.br/>> Acesso em: 10 mar. 2019.

Consórcio Itá. Disponível em: <<http://www.consorticioita.com.br>> Acesso em: 19 abr. 2019.

Consórcio Machadinho. Disponível em: <<http://www.machadinho.com.br>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/1004_504.pdf> Acesso em: 26 jan. 2019.

Prefeitura Municipal de Carlos Gomes. Disponível em: <<http://www.carlogomes.rs.gov.br>>. Acesso em: 01 maio. 2019.

ENTREVISTAS

HOINOSKI, I; Hoinoski, L, A **Izidoro Hoinoski; Ana Lídia Hoinoski**: depoimento [set. 2018]. Entrevistadora: CARNIEL, Janaina. Carlos Gomes: UFFS-Campus Erechim, 2018. MP3. Entrevista a acadêmica de história UFFS-Campus Erechim.

HOINOSKI, I; PRILA, F. **Izidoro Hoinoski; Fortunato Prila**: depoimento [set. 2018]. Entrevistadora: CARNIEL, Janaina. Carlos Gomes: UFFS-Campus Erechim, 2018. MP3. Entrevista a acadêmica de história UFFS-Campus Erechim.

HOINOSKI, I; BABINSKI, E. **Izidoro Hoinoski; Estanislau Babinski**: depoimento [mai. 2019]. Entrevistadora: CARNIEL, Janaina. Carlos Gomes: UFFS-Campus Erechim, 2018. MP3. Entrevista a acadêmica de história UFFS-Campus Erechim.

FONTE

COMISSÃO MUNICIPAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM DO MUNICÍPIO DE VIADUTOS, 1982- 1997. **Livro de Atas**, Viadutos, 50 p.